



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JULLY ANY MARIA BORGES SANTOS

**A FORMAÇÃO TEÓRICA NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO
NUFT/IDES: PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES SOBRE A
FORMAÇÃO INICIAL**

**FLORIANÓPOLIS/ SC
2016/2**

JULLY ANY MARIA BORGES SANTOS

**A FORMAÇÃO TEÓRICA NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO
NUFT/IDES: PERCEPÇÕES DOS ADOLESCENTES SOBRE A
FORMAÇÃO INICIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dilceane Carraro

JULLY ANY MARIA BORGES SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

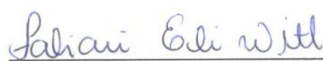
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr.^a Dilceane Carraro
DSS/UFSC
Orientadora



Prof^a. M.^a Adriana Zanqueta Wilbert Ito
DSS/UFSC
1^a Examinadora



M.^a Fabiani Erli Witt
Assistente Social e Mestre em Geografia
2^a Examinadora

[Digite texto]

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento a tua fala seja a tua prática”

Paulo Freire

Aos adolescentes usuários do Programa de Aprendizagem na instituição
Irmandade do Divino Espírito Santo, Núcleo Formação e Trabalho, Protagonistas
desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me guiar e me amparar nessa caminhada.

Agradeço a minha orientadora Dilceane Carraro por ter aceitado me orientar nesse processo tão importante da vida acadêmica.

À banca examinadora por contribuir nesse momento marcante que configura o encerramento de um ciclo e abertura de um novo.

Também quero levar meu muito obrigada a equipe do Núcleo Formação e Trabalho – NUFT em especial, às assistentes sociais Mariana Xavier Azambuja e Carlise Führ que me concederam a oportunidade de campo de estágio. Cada profissional da equipe agregou algo em meus conhecimentos tanto no pessoal quanto no profissional.

À minha família pelo apoio e principalmente, a minha madrinha Jurandir Teixeira de Lara, pelos anos dedicados à minha infância, bem como o incentivo aos estudos, pois nada seria possível sem seu apoio e amor incondicional.

Ao meu amado esposo, Diego Moraes Espinoza pela parceria, respeito e dedicação, então oito anos de união, no qual amadurecemos, sonhamos e conquistamos muitos objetivos juntos.

Aos meus irmãos, Makelly, Makaelly e Jeferson que me incentivaram e acreditaram em meu potencial.

Às minhas amigas e companheiras de Universidade, Ana, Larissa, Thaynara e Thayara, pois nos apoiamos, rimos, choramos e caminhamos lado a lado nesse processo.

Às companheiras que estiveram presentes em muitos momentos, mas que por motivos particulares não conseguiram encerrar ou concluir essa caminhada.

Aos adolescentes que fizeram parte desta pesquisa, singularmente devido a minha passagem pelo programa, e pelos reflexos que o mesmo terá na vida dos jovens.

A todos que de maneira direta ou indireta contribuíram nesse processo de desenvolvimento. Muito obrigada!

SANTOS, Jully Any Maria Borges. **A formação teórica no programa jovem aprendiz do NUFT/IDES: percepções dos adolescentes sobre a formação inicial.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

RESUMO

O presente trabalho é fruto da experiência de estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina no Núcleo Formação e Trabalho da Irmandade do Divino Espírito Santo. Esse núcleo atua com o Programa Jovem Aprendiz ao qual tem a finalidade de inserir adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos de idade no mercado de trabalho e qualificá-los para o mesmo. A partir da problematização do Programa, o objetivo geral desse trabalho implica em analisar a compreensão dos adolescentes em relação ao Programa Jovem Aprendiz no Núcleo Formação e Trabalho (NUFT/IDES) e sobre a formação teórica dentro do Programa, uma das exigências para permanência. A metodologia escolhida para realização da pesquisa foi a aplicação de um questionário que possibilitou perceber os pontos mencionados nos objetivos da pesquisa, além disso, através das análises dos dados coletados e de um embasamento teórico se realizou uma compreensão mais ampla sobre o tema em foco, principalmente no sentido de conceber quem são os sujeitos que acessam de fato esse programa, as motivações as quais levou os adolescentes e jovens a sentirem necessidade de ingressar no mundo do trabalho dentre outros aspectos. O trabalho apresenta-se em três capítulos: o primeiro tem o objetivo de fazer um resgate sobre o contexto histórico brasileiro e a política social; o segundo caminha na direção de discutir a Política Social para Juventude; e o último apresenta a instituição bem como o núcleo.

Palavras-Chave: Programa Jovem Aprendiz; Juventude; Mercado de Trabalho; Política Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Conhecendo a atividade proposta.....	48
Quadro 2 - Motivação para a inserção no programa Jovem Aprendiz: Causas para a inserção.....	48
Quadro 3 - Compreensão sobre o programa jovem aprendiz e as atividades realizadas pelo NUFT.....	50
Quadro 4 - Compreensão sobre a formação teórica: ótica dos adolescentes sobre a formação teórica.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEIG Centro de Educação Infantil Girassol
CF Constituição Federal
CFESS Conselho Federal de Serviço Social
CLT Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE Conselho Nacional da Juventude
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE Estatuto da Juventude
ESFL Entidades sem Fins Lucrativos
FMI Fundo Monetário Internacional
IAPS Instituto de Aposentadoria e Pensões
IDES Irmandade do Divino Espírito Santo
JA Jovem Aprendiz
LDB Lei de Diretrizes Básicas
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MEC Ministério da Educação
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
NAE Núcleo Arte e Educação
NUFT Núcleo Formação e Trabalho
NUI Núcleo da Infância
ONGS Organizações não Governamentais
PAC Programa de Aceleração e Crescimento
PEC Proposta de Emenda Constitucional
PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL Projeto de Lei
PNJ Política Nacional da Juventude
PROMENOR Sociedade Promocional do Menor
PROUNI Programa Universidade para Todos
SGPR Secretaria Geral da Presidência da República

SINAJUVE Sistema Nacional de Juventude

SUS Sistema Único de Saúde

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	16
1.1 As Políticas Sociais no Brasil Pré-Constituição de 1988	18
1.2 Política Social: Uma Reflexão Pós Ditadura Militar	21
2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO	29
2.1 Problematizando a Educação Profissional	35
2.2 Conhecendo o Programa Jovem Aprendiz - JA	35
3 A INSTITUIÇÃO IRMANDADE DO DIVINO ESPÍRITO SANTO – IDES: CAMPO DE ESTÁGIO E DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	39
3.1 Contextualizando a Instituição Irmandade do Divino Espírito Santo- IDES	39
3.1.1 <i>Conhecendo os Núcleos da Irmandade do Divino Espírito Santo</i>	40
3.1.2 <i>Núcleo Formação e Trabalho, Procedimentos Institucionais e a Inserção no Programa JA</i>	42
3.1.3 <i>O Serviço Social no Núcleo Formação e Trabalho</i>	455
3.2 Percepções dos Adolescentes sobre o Curso de Formação Teórica do Programa de Aprendizagem	477
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

Este trabalho configura-se como requisito para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e tem como finalidade principal analisar a percepção dos adolescentes e jovens do Núcleo Formação e Trabalho (NUFT/IDES) em relação ao Programa Jovem Aprendiz – JA, especialmente em relação a etapa da formação teórica que integra o Programa.

O Programa Jovem Aprendiz tem o intuito de inserir adolescentes e jovens no mercado de trabalho, “por meio de contratos de trabalho especiais” (MTE,2014, p.13). Ainda referente ao programa JA, este tem a intenção de qualificar adolescentes e jovens e vem se embasando na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e mais recentemente no Estatuto da Juventude.

Além disso, cabe ressaltar que “no Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT” (MTE, 2014, p.11). A partir da promulgação da Lei de Aprendizagem (Lei 10.097/2000), o programa passa a ter mais uma regulação a qual tem como objetivo “complementar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, entre outras medidas, determina a obrigatoriedade da contratação de aprendizes em empresas de médio e grande porte” (CAMPOS, 2009, p.11).

É importante mencionar que foi através do segundo estágio obrigatório e de uma experiência pessoal como Jovem Aprendiz os fatores que contribuíram para eleger esse tema e desenvolver esse trabalho. Além disso, um profissional de Serviço Social deve estar atento e comprometido com seu Código de Ética e Lei que regulamenta essa categoria de profissionais, independentemente da área na qual o mesmo se insira.

Ademais, é interessante frisar que indo ao encontro desse comprometimento, também é necessário que o Assistente Social se respalde em documentos teóricos que subsidiem e deem suporte para seu trabalho tanto no campo da práxis como no campo acadêmico, conforme traz o Código de Ética no qual discorre sobre as relações profissionais (CFESS, 1993):

[...] c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis a participação dos/as usuários/as; d) devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/as usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para fortalecimento dos seus interesses;[...] h) esclarecer aos/as

usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e amplitude de sua atuação profissional.

Em seguida, cabe ressaltar que foi através das reuniões, e, sobretudo, dos assuntos abordados pelos educadores de sala que trabalham na linha de frente com os adolescentes ministrando os cursos de formação teórica, ocorridos no Núcleo Formação e Trabalho – NUFT, campo de estágio da Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES, que se encontraram mais argumentos cabíveis para essa discussão, ou seja, para que fosse compreendido o que realmente esses adolescentes pensam em relação aos cursos de formação, bem como ao próprio Programa de Aprendizagem – JA.

É significativo mencionar que esse Programa trabalha com inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, e que simultaneamente ao trabalho são oferecidos cursos com intuito de qualificação profissional. Sendo assim, o adolescente trabalha na empresa efetivamente quatro vezes por semana e no quinto dia integra o curso de formação. Por meio desse trabalho, é necessário pontuar a importância desse Programa na vida de muitos adolescentes e jovens.

É importante perceber diante das reflexões realizadas ao longo deste trabalho que grande parte dos programas e projetos destinados à juventude brasileira caminha na perspectiva de inserção no mundo do trabalho –, exigência típica das políticas sociais destinadas aos jovens na sociabilidade capitalista – e à expansão das expressões da questão social ao passo que a educação encontra-se cada vez mais deficitária, e de que o trabalho mecânico não configura sujeitos críticos na sociedade.

Diante do exposto, o objetivo geral desse trabalho implica em analisar a compreensão dos adolescentes em relação ao Programa Jovem Aprendiz no Núcleo Formação e Trabalho (NUFT/IDES) e sobre a formação teórica dentro do Programa, uma das exigências para permanência.

Para tal reflexão, os objetivos específicos são: analisar o contexto histórico, político e econômico brasileiro; refletir acerca da concepção de política social; apontar a política social destinada à juventude, bem como, apresentar o programa Jovem Aprendiz de maneira mais ampla; problematizar a educação profissional, percebendo os caminhos a qual a mesma vem traçando; apresentar a pesquisa realizada no Núcleo Formação e Trabalho trazendo um resgate histórico da Irmandade do Divino Espírito Santo e possibilitando um maior entendimento sobre

os segmentos atendidos nesta instituição; compreender de que forma se dá a inserção no programa JA, através da pesquisa realizada no núcleo NUFT e do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social. Nosso intuito é analisar a ótica dos adolescentes e jovens participantes da pesquisa em relação à formação teórica bem como ao próprio programa de aprendizagem, além de trazer as motivações que os levaram a ingressar no programa.

Como metodologia foi realizada a aplicação de um questionário que viabilizou um entendimento sobre os três eixos centrais desta pesquisa, sendo eles: motivações para inserção no programa Jovem Aprendiz, compreensão sobre o programa JA e compreensão sobre a formação teórica dentro do programa JA. Desta forma, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa que perpassou por uma análise teórica, pois “a verdadeira função da teoria, concebida como parte integrante do processo metodológico, é a de ser um instrumento mais poderoso da ruptura epistemológica face a pré-noção do senso comum” (BRUYNE, 1977, p.102).

Portanto, a proposta desta pesquisa foi trazer o entendimento sobre o curso de formação sob a ótica dos adolescentes usuários do Programa de Aprendizagem, possibilitando uma reflexão sobre o curso de formação teórica.

Ainda, salientamos que considerar e desenvolver um processo de compreensão em relação ao qual público em sua maioria acessa esse programa também é necessário, pois o que buscamos realmente frisar é que as políticas sociais voltadas para adolescência e juventude vêm acima de tudo tratando de inserção no mercado de trabalho.

Para tal reflexão, o trabalho será estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo tratará de recuperar a história brasileira abordando aspectos políticos e econômicos e concebendo de forma conceitual a maneira como a política social foi se desenhando diante da conjuntura histórica do país.

O segundo capítulo irá debater a política social para juventude e apresentará o Programa Jovem Aprendiz ao passo que problematiza a educação profissional. O último capítulo tratará de contextualizar a história da Irmandade do Divino Espírito Santo e do Núcleo Formação e trabalho (IDES/NUFT). Também contemplará os procedimentos institucionais, a inserção no programa JA e o Serviço Social dentro do núcleo NUFT.

Por fim, será clarificado de que forma se deu a pesquisa com os adolescentes e jovens usuários do programa, é significativo mencionar que a pesquisa foi realizada com trinta e seis usuários JA com idades entre quinze e dezessete anos.

Para sistematizar os dados da pesquisa escolhemos três eixos centrais de discussão que foram organizados em três quadros. Os três eixos escolhidos foram, 1) motivações para inserção no programa Jovem Aprendiz, 2) compreensão sobre o programa JA e 3) compreensão sobre a formação teórica.

Ao término das explanações dos registros dos adolescentes a partir dos três eixos estruturados nos quadros, realizamos uma análise que permitiu conceber criticamente o caminho que a política social para juventude vem trilhando, as dificuldades de acesso ao ensino de qualidade, a inserção no mundo do trabalho precocemente como fonte de auxílio familiar e, sobretudo, o repasse das funções do Estado para sociedade civil e instituições não governamentais.

1 TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Entender as políticas sociais brasileiras demanda aprofundamento sobre o contexto histórico do país: levar em consideração sua formulação e seu desenvolvimento, compreender em sua totalidade os processos de transição de cada período e refletir sobre as transformações na sociedade diante da urbanização e, acima de tudo, refletir sobre os indicativos que apontam as reais necessidades dessas políticas serem implementadas.

Observa-se que, historicamente, a proteção social atinge a população de maneira restrita, pois fragmenta os indivíduos, o que opera por subdividir e focalizar ainda mais essa proteção quando propõe públicos específicos. Tratam-se aqui dos indivíduos denominados contribuintes e não-contribuintes para o mundo produtivo e industrializado, como é o exemplo da política previdenciária.

No entanto, a política social deve ser entendida, conforme Yazbek (2008, p.6), como:

[...] a Política Social Pública que permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômica, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado.

Além do que, perceber as políticas sociais pressupõe compreender o movimento histórico em seu processo econômico e político, pois foi através da industrialização e do movimento das migrações em massa para as cidades que se percebe o agravamento das expressões da questão social e o tensionamento para a estruturação das primeiras iniciativas de políticas sociais no país.

Portanto, em consonância com Yazbek (2008, p.10-11):

[...] no país, aos poucos, com o desenvolvimento dos processos de urbanização, industrialização e com a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações, que se expandem a partir dos anos 30, nos espaços das cidades, a “questão social” passa a ser o fator impulsionador de medidas estatais de proteção ao trabalhador e sua família. Considerada legítima pelo Estado a questão social circunscreve um terreno de disputa pelos bens socialmente construídos e está na base das primeiras políticas sociais no país.

Ainda é importante dizer que refletir sobre a temática das políticas sociais contempla também estudar a relação entre o Estado e a burguesia. Diante do exposto, segundo Yazbek (2008, p. 2):

Nesta abordagem, não podemos deixar de observar em primeiro lugar, que o Estado brasileiro, como outros na América Latina, se construiu como um importante aliado da burguesia, atendendo à lógica de expansão do capitalismo e nesse sentido, às emergentes políticas sociais no país, devem ser apreendidas no movimento geral e nas configurações particulares desse Estado. Nesta perspectiva, o que constato é que a Política Social estatal surge a partir de relações sociais, que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho.

É nesse sentido que o Estado interfere na vida da população, e correspondendo aos interesses da lógica capitalista é um espaço contraditório e de disputa em que tem como estratégia as políticas sociais, pois estas respondem as necessidades que se colocam presentes no processo de transformação da sociedade.

Em conformidade com Cohn (2004, p.163):

Funda-se a partir de então um perfil de atuação do Estado segundo o qual cabe a ele cuidar tão somente dos segmentos da sociedade que importam para os sucessivos projetos econômicos vigentes, estabelecendo-se no país o entendimento de que deve ele cuidar dos interesses econômicos inscritos nesses projetos, em detrimento das questões sociais. Em decorrência, consolida-se um padrão de intervenção pública segundo o qual investimentos na área social se configuram não só como *gastos*, mas como *gastos residuais*, quando se trata de investimentos em setores como saúde e educação e, sobretudo, quando se trata de alocar recursos para os segmentos sociais não inseridos no mercado de trabalho. Com isso, não só as fronteiras entre direitos universais e direitos contributivos ficam borradas, refletindo-se no esmaecimento da constituição de uma esfera pública em nossa realidade, como aqueles segmentos que estão fora do mercado de trabalho – incluindo aí a juventude – passam a ser objeto de políticas (quando existem) pontuais, segmentadas e não regidas pelo paradigma dos direitos sociais.

Por conseguinte, refletir sobre as políticas sociais e as relações sociais que se estabelecem de maneira contraditória, tendo em vista que os interesses não são igualitários e que correspondem em minorar insuficiências, deve-se levar em consideração que os bens de consumo rebatem em muitos interesses distintos “[...], na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem” (YAZBEK, 2008, p.4).

Diante dos argumentos mencionados anteriormente sobre a importância de conceber o contexto histórico no qual as políticas sociais foram se constituindo, bem como, sobre a importância de compreender as relações que permeiam o Estado e a Sociedade é que iniciamos os estudos pertinentes ao tema.

1.1 As Políticas Sociais no Brasil Pré-Constituição de 1988

É no cenário da insatisfação de outros governantes em relação à política Café com Leite, a qual atribuía um sistema de rodízio realizado pelos estados de São Paulo e Minas Gerais alternando na presidência do país, ainda durante a República Velha (1889-1930) que as demais oligarquias tecem uma nova articulação para garantir a participação ampla na política federal e que, segundo Lamamoto (1995, p.10 *apud* Yazbek, 2008), surgem as primeiras iniciativas de proteção social brasileira:

[...] são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) na lógica do seguro social e nesta década situamos a consolidação das leis do trabalho (CLT), o salário mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista. Progressivamente, o Estado amplia sua abordagem pública da questão, criando novos mecanismos de intervenção nas relações sociais como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como atividades educacionais e serviços sanitários, entre outros.

Ainda nesse período, após governar por sete anos, o golpe de Getúlio Vargas garantiu seu poder por 15 anos consecutivos até 1945. A partir disso, quando termina a II Guerra Mundial, a população exige a democratização do país, uma vez que não era mais compreensível que a situação da ditadura se protelasse. Mesmo com o fim do mandato de Getúlio Vargas, mais tarde retorna ao poder em 1951 por meio do voto direto e se suicida em agosto de 1954 possibilitando novas eleições. Neste período, “[...] o Estado brasileiro buscou administrar a questão social desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional, privilegiando a via do seguro social” (YAZBEK, 2008, p.10).

De acordo com Cohn (2004, p.163):

[...] desde a sua origem, portanto, o que fundamenta a concepção do sistema de proteção social brasileiro é seu estreito vínculo com o mundo do trabalho, vale dizer, com aqueles segmentos sociais já inseridos na sociedade. Esse vínculo com o mundo do trabalho expressa a articulação da política de Estado de proteção social com o processo de acumulação e desenvolvimento do país, em curso em seus distintos momentos históricos ao longo dos posteriores 50 anos do século passado, expressando um projeto nacional em que a questão social da pobreza e da desigualdade era absolutamente marginal, responsabilidade do setor filantrópico ou do próprio Estado, mas sob um outro registro.

Desta vez, em 1955, quem assume o cargo de presidente do país foi Juscelino Kubitschek, com o compromisso de alavancar o desenvolvimento brasileiro. Tal política tinha o slogan “50 anos em 5”. Através da promessa de desenvolvimento é

que JK promoveu a construção de Brasília a qual foi inaugurada em 1961, com a intenção de descentralizar o poder social, econômico e político pertencente ao litoral do atlântico brasileiro.

Refletindo acerca dos anos seguintes, é importante observar o governo de João Goulart. Em meados de agosto de 1961, o mesmo assume o país, no entanto, seu mandato ocorre de uma forma diferenciada, pois sua passagem na política possui dois momentos. O primeiro diz respeito à instauração do parlamentarismo nos dois primeiros anos de mandato, ao qual tem o objetivo de limitar o poder do presidente da república, tendo em vista que as elites não eram a favor do governo de João Goulart devido ao seu ideário comunista.

Para além, nos três anos seguintes, com a extinção do parlamentarismo, João Goulart tenta tomar novas medidas para o Brasil como o plano econômico e as reformas de base. Por sua vez, as intenções de seu governo passavam por limitar a participação de multinacionais na economia do país, e diminuir a desigualdade social através da reforma agrária, tributária e administrativa, porém, as ideias de Goulart iam de encontro aos interesses das elites.

Não obstante, com o golpe militar em 1964, o país retorna mais uma vez ao momento opressor e repressor e, tudo isso, nos leva a refletir sobre a real conjuntura da época. Segundo Behring e Boschetti (2007, p.135-136):

[...] a sustentação de taxas de crescimento entre 11% e 14% ao ano durante um longo período de tempo demonstrou-se insustentável, diante dos limites da ampliação do mercado interno de massa – cuja constituição, evidentemente, não era o projeto da ditadura –, da crise internacional e também diante das imensas contradições mobilizadas por esse desenvolvimentismo autocrático-burguês, dentre as quais a imensa concentração operária, a exemplo de São Paulo, que se tornou a maior do mundo no período. Assim, a ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista (NETTO, 1991 *apud* Behring e Boschetti, 2007), reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num *mix* de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. Nesse quadro, houve um forte incremento da política social brasileira.

Esse período perdurou por vinte e um anos até 1985. Os militares continuaram a tomar medidas de estruturação no país, obras como hidroelétricas e usinas nucleares foram realizadas, ainda assim, tudo isso contribuiu para o endividamento do país, o que acarretou na necessidade de recorrer ao Fundo Monetário Internacional – FMI. Além disso, “[...] no mesmo passo que se impulsionavam as políticas públicas [...], como estratégia de legitimidade, a ditadura

militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privada, configurando um sistema dual de acesso as políticas sociais [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.137).

Ainda segundo as autoras citadas acima:

Quais são, então, as características da política social no período da ditadura militar? Para Faleiros (2000), no contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar – tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.136).

Desta maneira, o país vinha sendo controlado com braços violentos, haja vista que o controle era exercido sob qualquer tipo de movimento seja social ou político, os quais eram barrados e censurados. Para mais, “outra herança é a de que, mesmo com a ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar” (FALEIROS, 2000 *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.137).

Além disso, cabe observar a proteção social em relação à juventude, conforme Cohn (2004, p.164):

Há que se destacar uma outra vertente de mudança no sistema de proteção social brasileiro: a progressiva extensão de direitos sociais contributivos e não-contributivos, a partir dos anos 1970, a distintos segmentos de trabalhadores (empregadas domésticas, trabalhadores autônomos, trabalhadores rurais), que significou a ampliação do leque de cobertura dos direitos sociais a esses segmentos. Essa ampliação, no entanto, que mais recentemente se estendeu para os idosos e portadores de deficiência física com uma renda mensal vitalícia, não abrangeu os jovens nem aqueles tidos como “em situação de risco”. Não que estes não sejam objeto de programas específicos, embora de duvidosa eficácia – mas, diferentemente daqueles, estes programas não configuram direitos.

Ademais, pode-se verificar que em alguns momentos do século XX (como em 1945, 1955, 1964 e nos anos 1970) a tentativa de elaborar uma política de desenvolvimento, que tirasse o Brasil da condição de terceiro mundo e possibilitasse o crescimento econômico, principalmente industrial nos grandes centros urbanos, trouxe várias consequências, diminuindo em parte a produção rural, e ampliando o êxodo rural, surgimento e expansão de comunidades, greves e, acima de tudo, os reflexos das expressões da questão social (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Ainda em conformidade com Behring e Bochetti (2007, p.137-138):

Em 1974, começam a transparecer as primeiras fissuras e sinais de esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador- conservador do regime, em função dos impactos da economia internacional, restringindo o fluxo de capitais, e também dos limites internos. Os anos subsequentes serão marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime,

num processo de transição para a democracia que irá condicionar em muito a adesão brasileira as orientações conservadoras neoliberais, já em curso no nível mundial, implicando o caráter tardio da adesão brasileira ao neoliberalismo. Dessa forma, colocou-se em marcha uma transição democrática fortemente controladora pelas elites para evitar a constituição de uma vontade popular radicalizada [...]. Essas fraturas começam a se tornar expostas em função do esgotamento do milagre brasileiro, que já mostrava que seus frutos não seriam redistribuídos, e os trabalhadores e movimentos sociais já avaliavam essa tendência pela crise econômica que se avizinhava.

Pode-se verificar que “os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas”. Além disso, “[...] na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.138).

No próximo item será feita uma reflexão em torno da política social após a ditadura militar. Nesse sentido, será dada continuidade a contextualização histórica brasileira, passando pelos aspectos econômico e político e apontando o cenário em que as políticas sociais foram se fundamentando.

1.2 Política Social: Uma Reflexão Pós Ditadura Militar

Com o esgotamento da política militar e outras questões que se colocaram presentes, como a dívida externa, as requisições dos movimentos sociais, dentre outros aspectos que rebateram sobre o próximo período a ser abordado entre os anos de 1985 até a atualidade e como mencionado anteriormente economicamente falando, os anos 80 não trouxeram bons frutos, no entanto, na perspectiva democrática, esse período resultou em muitas conquistas.

Sendo assim, com o fim da ditadura militar em 1985, Tancredo Neves assumiria a presidência do país, porém, antes do mesmo tomar posse do cargo veio a falecer. Desta forma, quem assumiu a presidência foi José Sarney. Cabe observar que essas eleições ocorreram de maneira indireta, pois quem decidiu quem tomaria posse da presidência do Brasil não foi a população, e sim, apenas deputados e senadores decidiriam. Portanto, mesmo com o movimento “Eleições Diretas Já” o processo de redemocratização do país, não se colocou de forma igualitária.

No Brasil, 70% da dívida externa tornou-se estatal. Com isso, “criou-se uma contradição entre a intensa geração de receitas de exportação pelo setor

privado e o intenso endividamento do setor público. [...] Ao governo só restaram três caminhos: cortar gastos públicos, imprimir dinheiro ou vender títulos do tesouro a juros atraentes (KUCINSKI; BANFORD, 1987 *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.139).

Dentre as providências tomadas neste período estão a retomada das eleições diretas e a legalização de todos os partidos políticos, tendo em vista que durante a ditadura eram permitidos somente dois partidos – Arena e MDB. Além disso, o campo da economia também passava por sérios problemas. A inflação disparava sem controle e afetava todo país, mesmo com essas medidas Sarney não conseguiu acabar com a inflação.

Os efeitos da Crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição a não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades externas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos 1980, quando a estagnação chega à periferia, fazendo cair os índices de crescimento, deslegitimando os governos militares e dando fôlego às transições democráticas, tendo como sua maior expressão o endividamento (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.139).

Outro aspecto a ser mencionado nesse período é que em meados de 1986 a Constituição Federal começou a ser repensada. A partir de várias mobilizações sociais e da necessidade de atualização deste documento, pois ainda existiam leis que se faziam presentes desde a ditadura, portanto, a sociedade clamava por mudanças.

Diante disso, em 5 de outubro de 1988 a nova Constituição Federal - CF foi promulgada, essa por sua vez, trouxe consigo um novo olhar, pois, por meio da Carta Magna direitos sociais foram estabelecidos, e alavancaram muitas mudanças se comparado ao período ditatorial.

De acordo com IPEA (2007 *apud* Sposati, 2007, p.5):

A CF88 é um marco histórico “ao ampliar legalmente a proteção social para além da vinculação com o emprego formal. Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que vigorou no país até então, pois inseriu no marco jurídico da cidadania os princípios da seguridade social e da garantia de direitos mínimos e vitais à reprodução social. Nesse sentido, houve uma verdadeira transformação quanto ao status das políticas sociais relativamente e suas condições pretéritas de funcionamento. Em primeiro lugar, as novas regras constitucionais romperam com a necessidade do vínculo empregatício-contributivo na estruturação e concessão de benefícios previdenciários aos trabalhadores oriundos do mundo rural. Em segundo lugar, transformaram o conjunto de ações assistencialistas do passado em um embrião para a construção de uma política de assistência social amplamente inclusiva. Em terceiro, estabeleceram o marco

institucional inicial para a construção de uma estratégia de universalização no que se refere às políticas de saúde e à educação básica. Além disso, ao propor novas e mais amplas fontes de financiamento – alteração esta consagrada na criação do Orçamento da Seguridade Social – estabeleceu condições materiais objetivas para a efetivação e preservação dos novos direitos de cidadania inscritos na ideia de seguridade e na prática da universalização.

Em seguida, frente às eleições de 1989, quem assume o poder é Fernando Collor de Mello. “Pragmaticamente, as elites depositaram[...] a confiança em Fernando Collor de Melo. Afinal, seu discurso era também dos setores insatisfeitos com a carta constitucional a que já preconizava [...] a guinada rumo ao ajuste Neoliberal” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.142).

Este no que lhe concerne implantou no Brasil o Plano Collor. É significativo dizer que o país continuava passando por problemas econômicos gravíssimos, conseqüentemente, as medidas de Collor iam desde demissões em massa de cargos públicos, congelamento de preços, salários, privatização do Estado, bem como, acesso de países de primeiro mundo a economia brasileira – pela via da exportação.

Além disso, é importante mencionar que no terreno das políticas sociais Collor desconsiderou todos os direitos sociais que tinham sido conquistados, conforme explanado por Pereira (2016, p.5):

O governo Collor fragmentou a seguridade social em ministérios diferentes, dando-lhe margem para realizar, na saúde, um boicote orçamentário sistemático ao SUS. Na previdência lançou um pacote de reforma previdenciária já em 1992, cuja função era retirar direitos conquistados pelos trabalhadores na CF 88. Na assistência vetou a LOAS, desrespeitando a CF 88. A Carta Magna insere a Assistência Social no conjunto do sistema de seguridade social e afirma-a como uma política pública, direito de todos e dever do Estado e da Sociedade. Contudo, para o artigo 203 referente à Assistência Social traduzir-se em políticas públicas, seria necessário a LOAS, vetada pelo governo Collor e sancionada somente no governo Itamar, em 1993, após o impeachment de Fernando Collor de Melo e intensas mobilizações.

Diante do exposto, é importante perceber que o acesso às políticas sociais vinha sendo negado em várias esferas e, que, principalmente, todos os direitos conquistados a partir dos movimentos sociais e consolidação da CF 1988 vinham sendo desprezados pelo governo vigente. Após o processo de impeachment de Collor, quem assume a presidência é o vice Itamar Franco que ficou no poder de 1993-1994. “Portanto, em síntese, de um ponto de vista econômico, tem-se na entrada dos anos 1990, um país derruído pela inflação [...] e que será o fermento

para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal¹" (OLIVEIRA, 1998 *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.140).

Alguns trabalhos mostram o processo de luta, a participação dos sujeitos políticos, profissionais e de usuários, e que foram decisivos para a formação legal dos direitos sociais no Brasil, pela primeira vez sob inspiração beveridiana. Bochetti (2006) mostra a difícil travessia do deserto da assistência social para se elevar a condição de políticas públicas de seguridade, na perspectiva de superar suas características de território clientelista, do aleatório e do imprevisto (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.144).

Mais uma vez o desafio se colocava frente aos problemas econômicos brasileiros. É significativo mencionar que o governo Itamar Franco "sancionou a LOAS, mas preparou o terreno para a continuidade da política neoliberal, agora com um verniz intelectualizado. Foi assim que FHC [...] lançou o plano real e elegeu-se em 1994, para presidência da república" (PEREIRA, 2016, p.5).

FHC ficou no governo brasileiro por dois mandatos consecutivos. Esse período leva a refletir sobre o processo de reforma que tomou o país. Através da estratégia da implantação do plano real, a inflação no país conseguiu ser controlada.

Os anos 1990 até os dias de hoje tem sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.147).

Ainda referente ao processo de privatização, é importante observar que em concordância com Behring e Boschetti (2007, p.152):

Os libelos produzidos pelo jornalista Aloysio Biondi (1999, 2000) acerca do significado dos processos de privatização no Brasil em termos da comparação entre os argumentos difundidos e seu impacto socioeconômico efetivo mostram, de forma contundente e com riqueza de dados, o sentido da "reforma" do Estado quando se tratou de retirá-lo de suas funções produtivas. Biondi aponta como se desencadeou uma verdadeira campanha na mídia para legitimar e facilitar as privatizações, criando uma subjetividade antipública- o que não era uma tarefa difícil, haja vista como se deu a expansão do Estado Brasileiro no período ditatorial, e a parca vontade política na recente democracia, no sentido da construção da esfera pública, já sob a orientação neoliberal.

Vale lembrar que empresas Estatais foram vendidas na "intenção de amortizar a dívida do país". Também é de suma importância refletir sobre outras questões que implicaram nesse processo de reforma, ou seja: "o *programa de publicização*, que se expressou na criação de agências executivas e das

¹ Os neoliberais como alternativa a ingerência primaz do Estado, maior privatização (mercantil e não mercantil) da prestação de bens e serviços sociais (PEREIRA, 2006, p.31).

organizações sociais, bem como a regulamentação do terceiro setor² para execução de políticas públicas” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.154).

Portanto, os reflexos que a ideologia neoliberal causou nas políticas sociais, haja vista “[...] que, em lugar da antiga disputa pela hegemonia entre os atores que formam o triângulo do compromisso pelo bem-estar social (Estado, Mercado e Sociedade), sugere-se, agora, uma relação flexível entre essas três instâncias, caracterizada como uma “co-responsabilidade variável” (ABRAHAMSON, 1995 *apud* PEREIRA, 2006, p.34). Isto quer dizer que o Estado abre mão de regular as políticas sociais, sendo que esta função vem sendo assumida pelas outras instâncias.

Em 2002 novamente o Brasil passava por uma paralisação econômica, desempregue e aumento da linha da pobreza. A partir daí, mais uma vez o Estado teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional- FMI. “Isso significou uma ausência de política social? Claro que não, mas, [...] daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais- privatização, focalização/seletividade e descentralização [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.155).

Vale dizer que segundo Sallum Jr (2003 *apud* Cohn, 2004, p.169):

Sobre o Estado Brasileiro do final dos anos 1990 e do início dessa década apontem que a “agenda do novo governo é liberal desenvolvimentista” e que seu objetivo não é reconstruir o Estado empresarial, mas reformar o estado para que possa estimular o desenvolvimento privado, e a igualdade social,” ressaltando que os liberais, na América Latina, são favoráveis as políticas sociais, no geral não se opõem ao Estado de bem estar, mas somente ao Estado empresário nacional-desenvolvimentista, há que se registrar que o que sofre uma mudança é a própria concepção do papel das políticas sociais no processo de produção da justiça e da equidade social. Adiantando o tema: na medida em que atualmente o crescimento econômico não gera trabalho em quantidade suficiente para promover a inclusão social dos segmentos sociais “em trânsito para a vida adulta” e que, portanto, significam novos contingentes que buscarão oportunidades no mercado para obter fontes de renda que garantam sua subsistência de forma sustentável, o desafio que se coloca é como construir e implementar políticas de Estado que detectem as novas formas possíveis de inserção social dos indivíduos que não se deem pela via do trabalho tal como classicamente concebido.

Nas eleições do ano de 2003, quem assume a presidência da república é Luiz Inácio Lula da Silva. Lula ficou na presidência por oito anos, sua ação foi em torno de medidas como o Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, Projetos de

² Para Montaño (2005, p.181 *apud* SILVA, 2007, p.31) “o termo terceiro setor é carente de rigor teórico e desarticulador do social, pressupondo a existência de um primeiro e um segundo setor, o que divide a realidade social em três esferas autônomas: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Trata-se de uma estratégia neoliberal de transformação ideológica da sociedade civil em terceiro setor, na qual prevalece a pretensa ideia de uma esfera homogênea e harmônica daí a arena de lutas”.

Transferência de Renda, declínio da inflação, diminuição da pobreza, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Programa Universidade para todos - PROUNI, dentro outros.

Em 2010, Dilma Rousseff assume a presidência do país. A mesma deu continuidade nos trabalhos deixados pelo governo Lula. Outros acontecimentos que marcaram seu governo foram às manifestações em 2013, onde a população foi para as ruas protestar por várias questões, temas como corrupção, os impasses nas políticas de saúde, educação foram assuntos debatidos³.

Por fim, chegamos à atual conjuntura do país, em dezembro de 2015, o governo Dilma foi contestado. As denúncias pautavam-se em crime de responsabilidade e pedaladas fiscais. Diante do exposto, a presidente Dilma sofreu um processo de *Impeachment*, no qual foi afastada de seu cargo, assim sendo, quem está na presidência do Brasil é Michel Temer então vice de Dilma Rousseff.

Diante da conjuntura histórica, política e econômica do país é que se começa a compreender que as políticas sociais sempre estiveram submetidas aos interesses políticos e econômicos. No entanto, Pereira (2016) vem discorrendo sobre conceber os limites colocados frente às políticas sociais e, nesse sentido, sempre pode haver possibilidades de progresso, pois “nesse contexto, ressalta-se a necessidade dos diversos sujeitos coletivos captarem as políticas públicas em sua totalidade, o que significa analisar a política social intimamente articulada à política econômica” (PEREIRA, 2016, p.13).

A seguir e após ter compreendido o movimento histórico brasileiro e os impasses ocorridos nas políticas sociais, será desbravada as políticas sociais em torno da juventude. Parafraseando a ideia da autora Amélia Cohn (2004, p.168-169) e em conformidade com os resultados da pesquisa da mesma é que se torna importante notar por onde perpassa a inquietude do Estado. Essa inquietude caminha por regular uma conjuntura que garanta meios de sobrevivência, e vale ressaltar que essa sobrevivência atravessa o mercado de trabalho e “[...] o sistema de solidariedade social da previdência social, que se deva exatamente entre as gerações (ativos / inativos)”.

³ Os governos de orientação neoliberal não buscaram - FHC ainda mais que Lula- construir arenas de debate e negociação sobre a formulação das políticas públicas, e dirigiram-se para reformas constitucionais e medidas a serem aprovadas num congresso nacional. Balcanizado, ou mesmo para medidas provisórias. Preferiram, portanto, a via tecnocrática e “decretista”, com forte aquiescência de um Congresso submisso e pragmático (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.154).

Também é significativo colocar em debate os desafios postos quando falamos em pensar políticas públicas transformadoras e que abarquem o verdadeiro sentido dos direitos sociais, sobretudo em relação a juventude, visto que “[...] em tese são os jovens os postulantes a ocupação de postos de trabalho no mercado quando na realidade esta é apenas uma das possibilidades de sua inserção social e, certamente, na atual realidade, não a mais promissora delas” (COHN, 2004, p.171).

O primeiro passo na busca de novas formas de inserção social, sem desconhecer os estreitos limites impostos hoje pelos constrangimentos de ordem macroeconômica, é exatamente reconhecer as identidades dos diferentes sujeitos sociais presentes na sociedade, resgatando-se sua autonomia ante o já instituído por meio de políticas públicas criativas e inovadoras pautadas pelo paradigma dos direitos de cidadania. Isso equivale a reconhecer que distintos segmentos sociais e, neste caso estamos falando essencialmente do ciclo social de vida dos indivíduos, apresentam e representam distintas necessidades, mas essas especificidades não podem se deslocar dos princípios de universalidade dos direitos sociais (SANTOS, 1999 *apud* COHN, 2004, p.172).

Conceber os impasses que se apresentam sempre que se colocam em discussão as políticas sociais se torna complexo, principalmente, ao passo que se percebe os resultados trazidos pela ideologia neoliberal. No entanto, pensar em promover políticas públicas de eficiência é criar, segundo Frigotto (2004, p.212):

Uma política pública redistributiva emancipatória de caráter universal, que teria extraordinário efeito social, econômico e ético, seria como [...] a retirada do mercado de trabalho formal ou não-formal de todas as crianças e de todos os jovens até a idade legal de conclusão do nível médio.

Além disso, as políticas sociais não podem perder de vista a perspectiva de direito, bem como conceber a realidade dos sujeitos em sua coletividade são desafios cotidianos. “Faz-se necessário [...] enfrentar a questão social no país, pautada pela desigualdade social, não pelos seus efeitos, mas pelas consequências inerentes ao próprio mercado, desigualdade de renda e condições de vida [...]”. Portanto, a pergunta que se faz presente é “como tornar virtuosas entre si as políticas econômicas e as políticas sociais, e ao mesmo tempo torná-las artífices de uma nova relação entre Estado e Sociedade [...] na condução de interesse comum”. (COHN, 2004, p.173).

O que se busca assinalar é que não se trata somente de racionalizar as políticas sociais que vem sendo implementadas pelo Estado, mas sim de enfrentá-las para sua configuração, de tal modo que não se tenha um sistema dual de proteção social- composto por um sistema de caráter diretamente contributivo relativo aos benefícios sociais secundários e, portanto, vinculado ao mercado de trabalho ou ao acesso a renda e por outro de caráter não-contributivo, relativo aos benefícios sociais assistenciais e, portanto, de caráter potencialmente redistributivo, financiado com recursos do orçamento fiscal. Trata-se, sim, numa vertente, de articular

ambos os sistemas entre si e com as políticas econômicas de caráter estrutural que visem promover a autonomia dos indivíduos com relação ao acesso de garantia de renda de forma sustentada. E, numa outra vertente, de redefinir sua qualidade na relação Estado/Sociedade, tornando-as artífices de uma nova relação entre ambos que fortaleça a esfera pública, democratize o Estado e permita o exercício autônomo da cidadania (COHN, 2004, p.174).

Por último, cabe salientar que a partir desta conjuntura histórica, política e econômica, bem como da reflexão acerca das relações entre Estado, Sociedade e Mercado é que se fundamenta a compreensão referente às políticas sociais destinadas a juventude. Pois, é através da história que se percebe as conquistas e retrocessos do país.

Além do que, no item que segue a discussão, continua em torno das políticas sociais destinadas a juventude, principalmente a política de educação profissional, tendo em vista que o objetivo desta pesquisa caminha em torno de conceber o Programa de Aprendizagem a partir das considerações feitas pelos adolescentes usuários deste programa, e, por fim, especialmente, no que lhe concerne os cursos de formação teórica pertinentes ao programa Jovem Aprendiz.

2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A JUVENTUDE: PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO

Para esse trabalho serão elencados alguns planos, projetos e programas sociais destinados à juventude que constituíram a base para chegar à atual configuração do Programa Jovem Aprendiz, objeto de discussão desse trabalho. Pois foi a partir de algumas conquistas na última década que a juventude ganhou espaço nas políticas públicas.

Diante do exposto, o debate em relação a esse segmento é muito atual e vem ganhando força em um cenário de violação de direitos. Cabe ressaltar que em relação às políticas sociais para a juventude é importante observar que "muitas vezes, a abordagem é feita de forma simplista e distanciada de sua base conceitual, ocultando toda a complexidade [...] revelando uma série de fetiches e concepções que partem de uma visão moralista sobre as juventudes" (GERSHENSON e SCHERER, 2016, p.161).

Assim sendo, é importante compreender que juventude é diferente de adolescência. Segundo a Lei n.12.852⁴ de 05 de agosto de 2013, a qual trata dos direitos da juventude e norteia políticas públicas destinadas a esse segmento, bem como norteia o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE, considera-se jovem o indivíduo entre quinze e vinte e nove anos de idade (BRASIL, 2013).

No entanto, a compreensão em torno da categoria juventude vai além de limites referente a faixa etária, haja vista que é essencial considerar aspectos como: as diversas expressões da questão social as quais influenciam a realidade vivida por esse segmento. Essas expressões perpassam por níveis de baixa escolaridade, dificuldade de permanência na escola, distinção entre gêneros e etnias e dificuldades na inserção no mercado de trabalho. Portanto, ainda refletindo sobre as expressões da questão social, e, em conformidade com Gershenson e Scherer (2016, p.163):

⁴ "O Estatuto é instituído como lei no ano de 2013 e passa a entrar em vigor em fevereiro de 2014, constituindo uma legislação específica para assegurar os direitos das juventudes em âmbito nacional. Com 48 artigos, o EJUVE busca evidenciar diversos direitos já dispostos em outras bases legais e acordos internacionais como: direito à vida, à cultura, ao lazer, à educação, entre outros, bem como delimitar os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e instituir um Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE" (GERSHENSON e SCHERER, 2016, p.165).

Além de todo o contexto de precarização no mundo do trabalho, de dificuldades de acesso ao ensino e do contexto de pobreza, a violência letal é um dos aspectos que mais vem chamando a atenção a respeito das violações de direitos vivenciados pelos jovens. O Brasil mostra-se como um dos países com maior número de homicídios juvenis no mundo, o que demonstra todo o processo de (des)proteção vivenciado por essa população.

É diante dos argumentos pontuados no primeiro item, frente a uma difícil conjuntura histórica, política e econômica, dos reflexos das expressões da questão social e de uma negação frente a juventude brasileira que o reconhecimento enquanto sujeitos de direito se colocam presentes na última década.

Ainda em conformidade com Gershenson e Scherer (2016, p.164):

Os mecanismos de proteção social para as juventudes brasileiras, especialmente as juventudes pós 18 anos, que eram invisibilizadas nas políticas públicas específicas para este segmento social, passaram por inquestionáveis avanços a partir do ano de 2004. Nesse ano houve a criação de um Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que buscava compreender a conjuntura das juventudes brasileiras, bem como criar ações concretas de garantia de direitos para este segmento. A partir das ações do grupo, houve encaminhamento de um projeto de lei (PL) versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL n. 4.530/2004). Tais ações constituíram importantes passos na trajetória da construção das Políticas Públicas para as juventudes, estando afinadas com as resoluções internacionais que, desde 1981, com a Resolução nº 50/1981, da Assembleia Geral das Nações Unidas, já indicava a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas que pudessem responder às necessidades específicas das juventudes.

Em meados de 2005 foi formada a Secretaria Nacional da Juventude ligada a Secretaria Geral da Presidência da República que tem por finalidade desenvolver políticas públicas, organizando programas e projetos para esse segmento. Diante do exposto, o ano de 2005 é determinante para Juventude Brasileira. É importante levar em consideração que antes desse marco as políticas sociais destinadas a esse público eram esparsas e ações e iniciativas sem caracterizar uma política pública específica. A Política Nacional de Juventude fica sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude e busca uma dimensão intersetorial.

No ano de 2005 também é criado o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, com a tarefa de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica deste público. O CONJUVE é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, que é maioria no colegiado e reflete as diversas formas de organização e participação das juventudes brasileiras (GERSHENSON e SCHERER, 2016, p.164).

Cabe ressaltar que gerar espaços de controle social possibilita a maior participação da juventude, pois esses espaços deliberativos de caráter permanente

têm como finalidade gerar estratégias no que tange a fiscalização, construção e execução das políticas para cada segmento. Sendo assim, como afirma Almeida e Tatagiba (2012, p.88):

[...] é imperioso 'criar vazios produtivos na agenda dos conselhos', de maneira que os conselheiros possam ter tempo e energia para pensar a política de forma ampla e generosa, propor saídas, disputá-las na esfera pública, criar articulações no interior dos governos, dos legislativos, comprometer o Judiciário etc. Criar "vazios produtivos" na agenda cotidiana dos conselhos para que os conselheiros possam se dedicar ao fortalecimento dos elos de ligação com o público fora dos conselhos, criando redes de solidariedade e mobilização social em torno de temas específicos.

Desta forma, também é de extrema importância pontuar estes espaços para a participação popular e, portanto, é significativo compreender que as forças políticas estão mais articuladas quando unidas e atuantes nos conselhos de direito, o que auxilia para que não ocorra "a fragmentação de ações, no âmbito das políticas públicas, [que] tende a indicar ações pontuais que não visam contemplar toda a complexidade necessária no âmbito das demandas de proteção das juventudes" (GERSHENSON e SCHERER, 2016, p.165).

Pode-se verificar que apesar das dificuldades pertinentes aos entraves que se encontram dentro desses espaços deliberativos, esses podem e devem ser ultrapassados para que as possibilidades possam tornar-se oportunidades. Além disso, "a recente PNJ encontra diversos desafios na sua efetivação, sendo a articulação intersetorial um importante desafio a ser cumprido para a efetivação ao direito à proteção social no contexto atual" (GERSHENSON e SCHERER, 2016, p.165).

Ainda em relação a Política Nacional da Juventude e de acordo com Gershenson e Scherer (2016, p.165):

[...] tais avanços foram acompanhados no desenvolvimento de bases legais no Brasil, materializado especialmente pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, aprovada em julho de 2010, buscando inserir o termo "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando, ao segmento, direitos que já foram garantidos constitucionalmente a outros segmentos sociais. Tal inserção abriu portas para outro documento que constitui um avanço no reconhecimento histórico das juventudes como sujeitos de direitos, a Lei nº 12.852/13, que institui o Estatuto da Juventude – EJUVE e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Para os autores (2016, p.165) "reconhecer os avanços nos marcos legais e das políticas públicas, na perspectiva de direitos das juventudes, até o atual

momento histórico, mostra-se fundamental, pois possibilitam a ampliação de lutas [...] relacionados às juventudes". Uma vez que a implementação dos mecanismos de controle social se colocam presentes na medida em que as pessoas percebem seus direitos sendo violados em detrimento da lucratividade da lógica capitalista, e a partir disso comecem a se organizar coletivamente para que mudanças possam acontecer.

Todavia, "[...] a proteção social voltada para as juventudes pode carregar consigo uma lógica de desproteção, ou seja, as ações concretas que visam à proteção podem também impactar na desproteção enquanto ações fragmentadas, pontuais, precarizadas [...]". Na última década, muitos programas e projetos foram criados tendo como público os jovens, sendo que esses programas estão inseridos em diferentes áreas, mas, que, no entanto, estão centralizados em "ações voltadas especialmente para a educação e o trabalho, no sentido da qualificação dos jovens para o mercado" (GERSHENSON e SCHERER, 2016, p.165-166).

No item 2.1 será problematizada a educação profissional, observando os rumos que a mesma vem tomando. Já no item 2.2 será apresentado o Programa Jovem aprendiz, bem como as legislações que ampara o trabalho dos adolescentes e jovens brasileiros.

2.1 Problematizando a Educação Profissional

Levando por essa ótica, é necessário perceber de quais jovens se está falando, haja vista que vem se tratando até o momento de políticas destinadas a juventude, e que para tal entendimento realizamos um breve resgate histórico sobre as transformações econômicas, políticas e sociais e sobre a compreensão de política social de maneira mais geral.

Portanto, a juventude de qual se está falando de acordo com Frigotto (2004, p.181):

[...] pertencem a classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades, socioculturais e étnicas. Compõem esse universo aproximadamente 6 milhões de crianças e jovens que tem inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego, inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil.

Desta forma, trata-se de um assunto complexo e amplo tendo em vista que a discussão vai além de conceber as diferentes juventudes brasileiras, mas, sim ampliar o debate para fatores que demonstram a realidade da educação e de como se dá a ideia de profissionalização no país, pois "o processo de (des)institucionalização do sistema de educação profissional para formação do jovem trabalhador em nível técnico, [...], relacionando o acesso ou não ao primeiro emprego a qualificação ou desqualificação profissional" é uma questão que merece ser refletida criticamente (BAPTISTA, 2010, p.131).

Para Frigotto, (2004, p.181-182):

Todos esses grupos de jovens têm suas especificidades, mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adultização precoce. A inserção no mercado formal ou "informal" de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de "classe média" ou filhos dos donos do meio de produção, que estendem a infância e juventude. Nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração.

Para melhor ser abordada a ideia sobre qualificação profissional aponta-se a pesquisa de Tatiane Alvez Baptista, (o jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego), artigo no qual vem debatendo sobre o que ancora a justificativa do desemprego e investimentos nessa área mediante planos, programas e projetos que visem qualificar profissionalmente a juventude brasileira. Neste contexto, o Plano Nacional de Formação Profissional:

Caracteriza-se como uma política pública de emprego e renda, e, portanto, uma política pública de trabalho. Contudo, sua proposta altera radicalmente um horizonte que esteve historicamente presente no contexto das políticas públicas de educação. Há aqui uma significativa alteração. A "institucionalidade" da educação profissional, historicamente sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), passa a ser redimensionada e administrada pelo Ministério do Trabalho (MTE). Inegavelmente, o que temos é expressão da reforma mesmo do Estado, o próprio aparelho vai sendo reconfigurado em função das novas determinações do processo mais geral de reestruturação produtiva e globalização (BAPTISTA, 2010, p.132-133).

Desta forma, a autora vem refletindo criticamente sobre os rumos que a educação profissional vem tomando, em relação à adequação dos jovens em função do mercado e de suas exigências advindas do sistema capitalista. E que por assim dizer "[...] destacado da LDB o conteúdo da educação profissional, percebemos que se coloca para a educação do trabalhador não apenas a perversidade de uma reforma que pensa apenas na capacitação superficial [...]" (BAPTISTA, 2010, p.133).

Ainda referente à educação e ao trabalho é de suma importância assimilar o que a história e seu processo político trouxeram de elementos teóricos para subsidiar uma análise crítica pertinente a percepção sobre as questões que a juventude vem enfrentando, visto que, "isso nos permite de imediato, tanto a não naturalização do trabalho precoce, da educação dual e da mutilação de direitos quanto a não-adoção de uma perspectiva moralista em face desses problemas [...]" (FRIGOTTO, 2004, p.194).

Uma leitura histórica da origem da escola enquanto instituição central de projetos societários da burguesia nascente nos mostra que essa escola era concebida, por excelência, como uma instituição social e cultural, de produção do conhecimento e de valores e como espaço para o desenvolvimento lúdico, estético e artístico para as crianças e os jovens. A origem etimológica da palavra *escola* vem do grego, significa lugar *de ócio*. Um espaço, portanto, onde as crianças e jovens vivem um longo tempo incorporando valores, conhecimentos e amadurecendo para a vida futura. Mas o mesmo retrospecto histórico nos evidencia que esta não era e nunca foi a escola para todos. Como mostram inúmeros estudos, a escola para a classe trabalhadora sempre foi outra - uma escola para a disciplina do trabalho precoce e precário (FRIGOTTO, 2004, p.195).

Trazendo novamente a reflexão referente aeducação profissional, observa-se que ovácuo que a Lei de Diretrizes Básicas – LDB, a qual norteia a educação nacional, deixa a desejar quando trata-se do financiamento dessa modalidade (BATISTA, 2010). A julgar que é na "problemática do desemprego que a atual política baseia sua argumentação e se justifica para a redefinição de função social, estrutura organizacional, modelo pedagógico [...]" (BAPTISTA, 2010, p.134).

No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicalizando em vista que a maior produtividade do trabalho não só não liberou mais tempo livre, mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a "exclusão" ou inclusão precarizada *jovializaram-se*. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam de "trabalhos" ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares [...]" (FRIGOTTO, 2004, p.197).

Portanto, para o capitalismo sustentar e conservar sua lógica de acumulação, o mesmo precisa reduzir os direitos sociais obtidos pelos sujeitos, pois, "a ideologia neoliberal reestabelece um retorno a fé absoluta nos mecanismos de mercado e, portanto, no capitalismo desregulado" (FRIGOTTO, 2004, p.196).

Além disso, a ideologia neoliberal carrega consigo uma racionalidade pautada na privatização, principalmente, quando falamos em educação. E que em conformidade com Baptista (2010, p.135):

Uma definição ampla de privatização permite compreender como a atual reforma escolar envolve, apesar da retórica tecnocrática dos governos neoliberais, um também amplo e progressivo processo de transferência de responsabilidades políticas em matéria educacional para entidades privadas, que começam a invadir espaços que vinham sendo historicamente ocupados pelo Estado, revelando assim uma mudança na própria cultura política do país.

Vale dizer que a qualificação profissional caminha no sentido de ajustar a juventude para o trabalho produtivo e, desta maneira, à medida que valoriza o "saber ser", em detrimento de um "estoque de saberes" [...]. É nesse sentido que pensar hoje a noção de qualificação [...] leva a pensar a ideia de "empregabilidade" [...] (BAPTISTA, 2010, p.135). No entanto, guiar-se por essa perspectiva contribuiu para culpabilização dos jovens acerca de seu acesso ao mundo do trabalho, bem como, "[...] coloca na qualificação uma promessa de "reinclusão" social" (BAPTISTA, 2010, p.137).

É imprescindível dizer que a promessa de qualificação não extingue a questão do desemprego, além do que, esse prisma possibilita ainda mais a reestruturação de políticas sociais (focalização) e dá mais espaço para as privatizações, sobretudo na educação (BAPTISTA, 2010, p.143). Para mais, "[...] o discurso que atribuiu qualificação [...] a sua condição de emprego [...] tem tom retórico. Fato que reafirma [...] uma crise estrutural, não do trabalho ou do trabalhador, mas sim do capitalismo" (BAPTISTA, 2010, p.144).

Os artigos utilizados como fonte de pesquisa para problematizar a questão da educação profissional acima deixam claros os rumos que a educação vem tomando, principalmente, quando foi explanado que argumento se coloca presente para investimentos nessa área. Apontar o desemprego como cerne da questão e culpabilizar a própria juventude como sujeitos despreparados para acessar o mercado de trabalho, afirmando que os mesmos não possuem qualificação suficiente para acessar o mercado de trabalho fazem parte da lógica capitalista e, por assim dizer, uma fonte primordial de estratégia que ofusca a verdadeira questão a ser problematizada.

2.2 Conhecendo o Programa Jovem Aprendiz - JA

O Programa Jovem Aprendiz ancora-se na Constituição Federal de 1988 a qual explana que é proibido o menor de dezesseis anos trabalhar, salvo em caráter

de aprendizagem (BRASIL, 1988). Tal aprendizagem também é compreendida a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) obtendo uma atualização com o surgimento da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000 a qual dispõe sobre quais formas são possíveis o trabalho desses adolescentes e jovens na faixa etária de quatorze a dezoito anos de idade (BRASIL, 2000).

No entanto, esse processo de modernização deixa claro que o trabalho de jovens e adolescentes já era existente no Brasil desde o período colonial, e que foi através das transformações no mercado de trabalho, da globalização e de um mundo produtivo mais acirrado e competitivo que se colocou a necessidade dessa atualização no que tange o trabalho juvenil. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em seu capítulo primeiro em que aborda os direitos fundamentais menciona em seu art. 7º: “a criança e o adolescente têm direito a proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990).

Junto a essas transformações é possível perceber que as necessidades de legislações que contribuíram para resguardar os direitos desse público também se colocaram latentes. Desta forma, observa-se aqui novamente o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA ao qual tem o intuito de proteger adolescentes e crianças compreendendo-as como sujeito em desenvolvimento. Além do que, este documento traz consigo no capítulo cinco art. 69: “o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1990).

A aprendizagem atende adolescentes e jovens em situação de risco social e vulnerabilidade. Cabe observar que os cursos de aprendizagem ampliaram-se a partir dos anos 1940, por intermédio do denominado “sistema S”. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI ainda trabalham na perspectiva do programa a qual visa à qualificação profissional, porém é significativo mencionar que o terceiro setor também se intensificou em grande escala, acarretando a expansão e extensão desse trabalho para organizações não governamentais - ONGs.

Portanto, esse programa trabalha com inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho e, simultaneamente ao trabalho, são oferecidos cursos com intuito de qualificação profissional. Sendo assim, o adolescente trabalha na empresa efetivamente quatro vezes por semana e no quinto dia integra o curso de formação, sendo essa denominada formação contínua.

Ainda, sobre os cursos de formação, existem mais duas modalidades que contemplam a carga horária junto à formação contínua. Essas outras duas formações são denominadas formação complementar e formação inicial. Vale ressaltar que a segunda abrange trinta encontros sequencialmente e o primeiro agrega o total de trinta por cento da carga horária, que deve ser de formação e capacitação.

Segundo MTE (2014, p.12):

A aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite as empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica.

Em contra partida, verificando em pesquisas bibliográficas, o quadro histórico das possibilidades de trabalho frente à educação e às exigências de um modelo excludente pode-se observar, conforme Baptista (2010, p.134):

Que o centro da reforma da educação profissional implica a separação entre o ensino médio e o ensino técnico profissional. Consideramos tal separação um retrocesso, à medida que propõe uma educação diferenciada para os filhos da elite e os filhos da classe trabalhadora. Reafirma dessa forma, práticas bastante corriqueiras na história do sistema educacional brasileiro - dualismo estrutural - e consolida um elitismo característico dessa história.

Portanto, não se pode esquecer que a lógica do capital é desumana, tornando o mundo cada vez mais competitivo e desigual. Conforme coloca Baptista (2010, p.137):

Há uma individualização do problema “desemprego” com acento em dois aspectos. Um diz respeito ao esvaziamento do problema como expressão da Questão Social, responsabilizando o trabalhador por sua inclusão/exclusão no mercado; outro diz respeito ao que estão chamando de “cidadão produtivo”, em que os trabalhadores, passam a entrar no mercado não como trabalhadores, mas como colaboradores, criando sim novas bases de exploração e de consentimento.

Diante do exposto, a próxima seção deste trabalho vem apresentando a instituição Irmandade do Divino Espírito Santo, seus núcleos o Núcleo Formação e Trabalho no qual foi realizado a pesquisa com os aprendizes, tendo como objetivo

trazer a compreensão dos adolescentes e jovens em relação ao Programa de Aprendizagem e ao curso de formação teórica.

3 O JOVEM APRENDIZ: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS SOBRE A FORMAÇÃO DENTRO DO PROGRAMA

A última seção deste trabalho contempla dois itens. O item 3.1 tem por objetivo contextualizar a história da instituição em que se deu o estágio obrigatório no semestre 2016.2 e onde se deu o desenvolvimento da pesquisa, este item ainda contém três sub-itens, sendo que os mesmos tem o intuito de: 3.1.1 apresentar os Núcleos nos quais a Irmandade do Divino Espírito Santo se organiza, bem como trata de explicar que trabalho cada um dos núcleos desenvolve.

O sub-item 3.1.2 vem abordando as questões procedimentais dentro do Núcleo Formação e Trabalho e a inserção no programa JA. Já o sub-item 3.1.3 teve como finalidade explicar sobre o Serviço Social dentro do núcleo NUFT.

Por fim, no item 3.2 será levantado como se deu a pesquisa, de que maneira a mesma se dividiu e foi organizada, além disso, neste item também será realizada uma reflexão teórica sobre os resultados da pesquisa, haja vista que é necessário que estes resultados sejam analisados e compreendidos a partir de uma fundamentação.

3.1 A Instituição Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES: campo de estágio e de desenvolvimento da pesquisa

A Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES foi fundada em 1773, com as transformações que foram ocorrendo na cidade então denominada Ilha do Desterro e a partir das imigrações açorianas, as atividades da irmandade começaram a se expandir. Assim sendo, em meados de 1910, é inaugurado o lar São Vicente de Paula e, em 1977, o Jardim de Infância Girassol ao qual se atribui o primeiro núcleo da instituição intitulado Núcleo da Infância – NUI. Além do NUI, a IDES conta com mais dois núcleos nomeados Núcleo Arte e Educação e Núcleo Formação e Trabalho.

Ainda em 1977, a diretoria da Sociedade Promocional do Menor – PROMENOR entrou em contato com a Irmandade do Divino Espírito Santo - IDES a qual começou a administrar e dar sequência ao trabalho desenvolvido pela

instituição. “Portanto, hoje a IDES é mantenedora da PROMENOR tornando-se IDES/PROMENOR” (CAMPOS, 2009, p.28).

Conforme Campos (2009, p.29):

A PROMENOR surgiu quando Dayse Werner Salles convidou as esposas dos prefeitos e secretários da época e outras pessoas para formarem um grupo, o qual resultou na PROMENOR - Sociedade Promocional do Menor. A senhora Dayse era esposa do governador Colombo Salles, que governou o estado entre os anos 1971 a 1975.

Diante do exposto, a IDES é uma instituição de caráter não governamental. A mesma fica localizada na Rua Emílio Blum, número 124, no Centro de Florianópolis, SC. Conta com uma diretoria, sociedade civil (voluntários), e uma equipe para desenvolver as atividades pertinentes a cada núcleo. Em relação ao custeio dos programas e projetos ofertados pela instituição, bem como seu próprio sustento, se dão através de alugueis, doações e convênios nos âmbitos municipais, estaduais e federais. Além do que, a IDES também conta com recursos oriundos da Festa do Divino⁵.

Referente à união entre a PROMENOR e a IDES:

[...] a instituição seguiu sua trajetória no atendimento de crianças e adolescentes com base na legislação vigente da época. As décadas de 1980 e 1990 apresentaram um período de grandes avanços na política de atendimento à criança e ao adolescente, tendo como elemento fundante a Constituição de 1988 que revogou o Código de Menores e a Política de Bem Estar do Menor, abolindo a terminologia “menor”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei, 8069 de 13/06/1990) foi criado para regulamentar os artigos 227 e 228 da Constituição, portanto, a IDES/PROMENOR redirecionou e reformulou todos os seus programas com base no Estatuto da Criança e Adolescente pautando a sua atuação na política de proteção integral à criança e ao adolescente (CAMPOS, 2009, p.29).

No sub-item 3.1.1 será explanada brevemente o trabalho desenvolvido por cada Núcleo (NUI, NAE E NUFT) pertencente à instituição Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES).

3.1.1 Conhecendo os Núcleos da Irmandade do Divino Espírito Santo

O Núcleo da Infância – NUI, conforme mencionado no item acima, é composto pelo Centro de Educação Infantil Girassol – CEIG e pelo Lar São Vicente

⁵ A Festa do Divino Espírito Santo teve a sua origem em Portugal e foi estabelecida pela rainha Izabel, casada com o Rei D. Diniz por volta do século XIV. O culto em louvor ao Divino Espírito Santo, celebrado principalmente na ilha de Santa Catarina e nos municípios litorâneos, é uma tradição secular transmitida pelos açorianos que chegaram em Florianópolis no século XVIII (CAMPOS,2009).

de Paulo. O primeiro atende crianças de um a cinco anos e onze meses, em caráter de educação infantil, já o segundo abrange a faixa etária de zero a seis anos de idade acolhendo crianças encaminhadas pelo conselho Tutelar e Juizado da Infância. Conforme o site da instituição, o Lar São Vicente de Paulo comporta cerca de 20 crianças e desde 2001 acolheu 412 crianças. Referente aos atendimentos do CEIG e de acordo com site institucional, o mesmo ampara cerca de 360 crianças por mês, nas quais 63% são famílias com renda inferior a dois salários mínimos (IDES/NUFT, 2016).

O Núcleo Arte e Educação – NAE fazem aproximadamente cento e trinta atendimentos mensais de crianças e adolescentes entre a faixa etária de seis a dezesseis anos de idade em ambos os períodos, a depender do horário que a criança ou adolescente estuda (IDES/NAE, 2016). “[...] As crianças e adolescentes participam diariamente de diferentes oficinas pedagógicas, tais como [...] esporte, dança e música [...]”. Além disso, a finalidade deste Núcleo é “envolver as crianças e adolescentes em atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades conceituais e pessoais, que façam diferença no ambiente em que vivem” (CAMPOS, 2009, p.31).

O Núcleo Formação e Trabalho – NUFT atende adolescentes e jovens de 14 a 24 anos com intuito de inserção no mercado de trabalho e, em caráter de formação teórica e qualificação profissional. O núcleo também faz acompanhamento desses usuários em aspectos pessoais, escolares, familiares e profissionais. “A inserção desses adolescentes no mercado de trabalho ocorre através de convênio estabelecido entre a instituição e empresas de caráter público ou privado” (CAMPOS, 2009, p.31). Em conformidade com o site institucional, são atendidos cerca de 200 adolescentes/jovens ao mês e possui trinta e uma empresas parceiras (IDES/NUFT, 2016).

No Sub-item a seguir serão apontados de maneira mais ampla as características do Núcleo Formação e Trabalho – NUFT/IDES. Também se tratará de questões pertinentes às formas de contratação, procedimentos institucionais, direitos e deveres dos aprendizes amparados pela Constituição Federal de 1988, bem como pela Lei 10.097/2000, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e, mais recentemente, pelo Estatuto da Juventude – EJUVE.

3.1.2 Núcleo Formação e Trabalho, Procedimentos Institucionais e a Inserção no Programa JA

O Núcleo Formação e Trabalho introduz adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Para que tal inserção seja possível o NUFT conta com a parceria de empresas. Essas parcerias se estabelecem mediante convênio. Em vista disso, o NUFT tem como finalidade, conforme regimento interno em seu “art. 5º, [...] capacitar, inserir e acompanhar os adolescentes no mercado de trabalho, proporcionando um processo de formação contínua, assegurando seus direitos trabalhistas e o exercício da cidadania”.

Para Campos (2009, p.33), a inserção no mundo do trabalho depende de:

Formação contínua, melhoria das condições de vida e o exercício da cidadania a partir da apropriação de valores éticos e profissionais; aprimorando competências básicas como relacionamento interpessoal, comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, responsabilidade, iniciativa, organização pessoal e do ambiente de trabalho.

A equipe que compõe esse Núcleo é composta por: uma coordenadora, duas assistentes sociais, duas estagiárias de Serviço Social, um psicólogo, um pedagogo, duas educadoras sociais, cinco educadores e duas auxiliares de escritório. Além disso, em consoante com o regimento interno em seu parágrafo único: “os cursos de aprendizagem desenvolvidos no Núcleo estão cadastrados, validados ou em processo de validação no Cadastro Nacional da Aprendizagem - MTE, bem como, depositados no CMDCA” (IDES, 2014).

Partindo do princípio que a pesquisa tem o intuito de refletir acerca da formação teórica do programa de aprendizagem, também é importante que seja observado às atribuições dos educadores de sala, pois são estes os sujeitos que trabalham diretamente com os adolescentes e jovens no que tange aos cursos de formação e sua execução.

Assim sendo, segundo o regimento interno da Irmandade do Divino Espírito Santo em seu “art. 12º - o educador do Núcleo Formação e Trabalho, graduando ou técnico de nível superior, tem as seguintes funções”:

- ✓ Planejar, organizar e registrar as atividades desenvolvidas nos módulos teóricos de aprendizagem;
- ✓ Orientar e acompanhar os adolescentes aprendizes na execução das atividades nos módulos teóricos de aprendizagem;
- ✓ Observar, avaliar e registrar o processo de desenvolvimento dos adolescentes aprendizes, individualmente e em grupo no desenvolvimento dos módulos teóricos de aprendizagem;

- ✓ Observar e informar ao pedagogo, qualquer alteração de comportamento do adolescente;
- ✓ Encaminhar ao pedagogo, a avaliação do adolescente aprendiz ao final de cada módulo;
- ✓ Encaminhar ao Serviço Social ou Pedagogia os aprendizes que apresentarem situação familiar ou trabalhista, que demande atendimento, orientações e esclarecimentos;
- ✓ Participar das reuniões da equipe de trabalho e eventos do núcleo;
- ✓ Zelar pela conservação dos espaços, materiais e equipamentos disponíveis na instituição;
- ✓ Contribuir com as atividades dos demais integrantes do núcleo;
- ✓ Manter atitude ética e de respeito;
- ✓ Seguir normas institucionais conforme Regulamento Interno (IDES/NUFT, 2014).

Além disso, é importante pontuar aqui de que forma ocorrem os procedimentos dentro da instituição para que o adolescente possa ingressar no Programa de Aprendizagem. Desta forma, para que o adolescente possa acessar o programa, são realizadas inscrições que ocorrem todas as quartas-feiras (com início em março e encerramento em outubro) na qual são distribuídas trinta senhas pela manhã e vinte senhas no período da tarde. Os jovens trazem seus documentos pessoais como: RG, CPF, CTPS, atestado de frequência escolar e comprovante de residência para realização desse processo, conforme sistema próprio da instituição.

Na sequência, os adolescentes são encaminhados para as vagas de acordo com a abertura das mesmas (solicitação das empresas), em que são analisados requisitos como turno em que estuda (havendo possibilidade de troca de horário), residir próximo a empresa ou ter fácil acesso ao transporte coletivo até o local para que não interfira nos estudos do adolescente. Ainda referente aos requisitos, algumas empresas estipulam critérios de inserção como a renda per capita para contratação, não podendo ultrapassar 440 reais por membro familiar, viabilizando o acesso pelos adolescentes com maior vulnerabilidade social.

Uma vez aprovado na entrevista realizada na empresa parceira, o aprendiz é contratado. Vale ressaltar que os adolescentes são encaminhados para as entrevistas a partir da análise das Assistentes Sociais e Estagiárias. Outro aspecto a ser mencionado é que existem dois tipos de admissão, sendo ela direta e indireta. E que, portanto, em concordância com o MTE (2014, p.25):

A contratação de aprendizes deve ser efetivada diretamente pela empresa onde se realizara a aprendizagem. É facultada a contratação pelas ESFL que ministram o curso de aprendizagem, na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem ou Escolas Técnicas de Educação não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender a demanda dos estabelecimentos (arts. 430 e 431 da CLT).

A admissão é realizada no Núcleo Formação e Trabalho – NUFT, caso se trate de uma admissão indireta, em que a admissão dos adolescentes é realizada pelo Serviço Social. Neste processo é informado ao mesmo, em conjunto com seu responsável, sobre a relação com o Programa de Aprendizagem, amparada pela Lei 10.097/2000, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e pela CF de 1988.

Nesse sentido é frisado que o Programa de Aprendizagem prevê que o adolescente deve estar estudando regularmente até completar o último ano do ensino médio. Também são mencionados todos os direitos e deveres do adolescente em relação aos cursos de formação teórica e as atividades práticas realizadas na empresa de acordo com o regimento interno da Irmandade do Divino Espírito Santo art. 17º:

- ✓ Recorrer ao Serviço Social sempre que sentir necessidade seja elas relacionadas a aspectos profissionais, pessoais, familiares, escolares, entre outros;
- ✓ Comunicar o Serviço Social do Núcleo Formação e Trabalho e “orientador” na empresa sobre qualquer ocorrência que implique em transtorno, prejuízo ou dúvida;
- ✓ Frequentar normalmente as aulas até concluir o Ensino Médio (art.63 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);
- ✓ Entregar atestado de frequência no final de cada mês e boletim escolar;
- ✓ Entregar mensalmente a folha ponto devidamente preenchida, assinada e carimbada pelo aprendiz e orientador;
- ✓ Frequentar os módulos do Curso de Aprendizagem, de acordo com o cronograma previamente estabelecido;
- ✓ Justificar as faltas mediante apresentação de atestado médico e/ou documento equivalente até o prazo de 48 horas;
- ✓ Participar de avaliações de desempenho, comportamentais e de aprendizagem que poderão acontecer na própria empresa, bem como no Núcleo Formação e Trabalho;
- ✓ Desempenhar suas atribuições com comprometimento e disciplina;
- ✓ Receber certificação ao término de seu contrato de aprendizagem, ou declaração, caso o contrato termine antes do tempo previsto (IDES, 2014).

É importante mencionar que a visita na empresa para avaliação é um dos itens que consta no contrato é explicado no dia da admissão. Sendo assim, são realizadas três visitas, uma no início, outra no meio e outra no fim do contrato, com intuito de acompanhar os adolescentes no processo de aprendizagem, resguardando seus direitos enquanto sujeito em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Além disso, essa visita de avaliação tem como objetivo que o serviço social tenha conhecimento das atividades realizadas pelos adolescentes em seu espaço de trabalho, possibilitando estar em conjunto neste processo, bem como percebendo as relações entre os sujeitos envolvidos e o espaço no qual o mesmo está inserido. Ainda na admissão é conversado com o adolescente para que ele se sinta à vontade

em procurar a equipe/NUFT para que a mesma possa auxiliá-lo em qualquer situação que ocorra nesse processo.

Portando, as visitas podem ocorrer com mais frequência, caso seja necessário, dependendo das demandas que se colocarem presentes durante a participação do adolescente no programa JA. Além do que, ao término do contrato, as educadoras sociais realizam uma conversa com os adolescentes, com a finalidade de encerrar o processo e visualizar novas possibilidades com os jovens.

As instituições formadoras inserem os adolescentes na formação teórica apenas uma vez, ou seja, o adolescente ou jovem não pode passar mais de uma vez pela mesma instituição formadora. Diante do exposto, é realizado o contato com a empresa antecedendo a visita com intuito de agendar a avaliação, articulando que o adolescente aprendiz esteja na empresa para realização da mesma.

Para que haja conhecimento diante dos cursos de formação teórica, é importante dizer que atualmente os cursos de formação contínua ofertados pela NUFT/IDES em conformidade com o IDES/ NUFT (2016, p.1- 2) são:

- ✓ **Aprendiz em Tecnologia da Informação:** duração de 13 meses com conteúdos de linguagem e lógica de programação, introdução à programação web e manutenção de sistemas de computadores.
- ✓ **Aprendiz em Logística:** duração de 16 meses com conteúdos de movimentação, estoque e armazenamento de materiais, procedimentos para a distribuição e transporte, qualidade e gerenciamento de processos logísticos.
- ✓ **Aprendiz em Serviços Administrativos, Financeiros e Comerciais:** duração de 16 meses com conteúdos de rotinas administrativas, financeiras e comerciais para empresas de diferentes setores.
- ✓ **Aprendiz em Serviços Bancários:** duração de 24 meses com conteúdos de serviços administrativos para o setor bancário.

Antecedendo o início do adolescente em um desses cursos mencionados acima, de acordo com a área que o mesmo está inserido, ele participa da formação inicial. Sendo assim, em conformidade com a grade curricular de formação básica, os módulos abordados são: Empresa I, Legislação I, Educação Digital I e II, Ambiente de Trabalho I e II (IDES/NUFT, 2016).

3.1.3 O Serviço Social no Núcleo Formação e Trabalho

Referente às atribuições das assistentes sociais, pode-se verificar que cabe a elas selecionar os adolescentes e jovens para os processos seletivos, acompanhar os processos de admissão e desligamento, acompanhar o desempenho e frequência

escolar, realizar atendimentos a adolescentes usuários do programa e seus familiares, bem como usuários que procurem a instituição, orientar as estagiárias de Serviço Social, planejar e executar atividades com os demais profissionais da equipe, acompanhar as avaliações de desempenho realizadas nas empresas, encaminhar adolescentes para a psicóloga, manter os registros dos atendimentos atualizados, realizar relatórios das atividades institucionais (IDES, 2014).

Portando, conforme compreendido por Campos (2009, p.37):

[...] o objetivo do Serviço Social no núcleo é a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia, pautando-se no Código de Ética do Profissional de Serviço Social, na Lei de Regulamentação da profissão. E ainda, segundo as assistentes sociais os objetivos da Instituição estão de acordo com as atribuições do profissional de Serviço Social.

Ademais, é necessário discorrer em relação às ações profissionais, a qual proporciona de maneira mais ampla subsídios para refletir em torno desta temática. É importante mencionar que “consideramos como ações profissionais as atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais as requisições colocadas pelas demandas institucionais como parte da prestação de serviços sociais” (TRINDADE, 2012, p.70).

Portanto, a ação profissional contempla aspectos que dão alicerce para tal, identificando o objeto, onde e a finalidade deste fazer, além do que, cabe compreender para quem será direcionada esta ação e que estratégia será utilizada para realização da mesma. Nesse sentido é significativo refletir acerca do que é observado por Trindade (2012, p.70):

Vale ressaltar que essas ações só poderão ser classificadas como profissionais na medida em que forem associadas aos conteúdos com os quais atuam os assistentes sociais, relacionados aos sujeitos sociais (individuais e coletivos), as políticas sociais, aos movimentos sociais. Esses conteúdos estão permeados pelas concepções teóricas, pela perspectiva ético-política, as quais fundamentam e direcionam as escolhas profissionais.

É importante dizer que para o alcance e êxito desta ação os assistentes sociais utilizam os instrumentais técnicos, os quais norteiam a maneira de abordar os usuários em torno desta ação. Desta forma, esses instrumentais “cumprem, portanto, um papel de ferramenta, de elementos mediadores, perpassados pela linguagem escrita e falada. [...] na ação de orientar sobre serviços, benefícios sociais, ao realizar um atendimento individual utilizamos a entrevista [...]” (TRINDADE, 2012, p.71).

Para além, perceber o atendimento realizado pelos profissionais de serviço social implica em lapidar seu exercício de maneira que este não fique apenas em um plano abstrato no qual seja realizado apenas para quantificar o fluxo de pessoas usuárias deste serviço. Ademais, deve-se frisar que até o presente momento leva-se em consideração apenas a “categorização” que Trindade (2012) aponta em relação às ações profissionais e, principalmente, ao “caráter individual”.

Cabe ressaltar que a equipe NUFT realiza reuniões mensalmente com o objetivo de “planejar as futuras atividades, bem como para discutir possíveis dúvidas e dificuldades”. Por conseguinte, “[...] todos os dias [...] chegam novas demandas, as quais, quando possível, socializadas entre as estagiárias, com o intuito de que haja uma parceria entre os trabalhos desenvolvidos [...]” e contribuindo para o processo de desenvolvimento das estagiárias (CAMPOS, 2009, p.41).

3.2 Percepções dos Adolescentes sobre o Curso de Formação Teórica do Programa de Aprendizagem

Nesse momento serão apresentadas as intenções da pesquisa que abarcam a reflexão em torno da compreensão dos adolescentes sobre a formação teórica e sobre o que os mesmos concebem em relação ao Programa - JA.

Como o NUFT atende em média 200 adolescentes ao mês e existem cinco formações diferentes que possuem muitos adolescentes e jovens, optou-se por desenvolver uma amostra em relação às duas turmas de formação inicial (vespertina e matutina).

Diante do exposto, a metodologia escolhida para coletar os dados da pesquisa foi a aplicação de um questionário que se permita perceber as impressões dos adolescentes usuários do programa de aprendizagem no NUFT. Esse questionário foi respondido por 36 adolescentes e jovens, sendo que 13 adolescentes responderam no dia 21/09/2016 no período matutino e 23 adolescentes no dia 23/09/2016 no período vespertino. Sendo assim, as perguntas que estão no quadro abaixo correspondem as perguntas respondidas pelos adolescentes e jovens integrantes das turmas iniciais do Núcleo Formação e Trabalho:

Quadro 1 - Conhecendo a atividade proposta

Pergunta 1	O que me fez chegar até aqui? Por que quis ser aprendiz? Processo de auto reconhecimento, como foi sua trajetória?
Pergunta 2	Esta atividade esclareceu minhas dúvidas sobre o trabalho da equipe/NUFT, trouxe novos conhecimentos, por quê?
Pergunta 3	Você compreendeu a importância do curso de formação teórica, por quê?
Pergunta 4	Por que você acredita que o Programa de Aprendizagem é importante para você?
Pergunta 5	Sobre os temas: interesse nas atividades, utilização dos celulares, atrasos e faltas, comente sobre a importância desses assuntos no seu processo de formação.
Pergunta 6	Deixe um recado para equipe, você gostou da atividade? Tem alguma sugestão?

Fonte: documentos da pesquisa

Elaboração própria

Para a sistematização das respostas optou-se por dividir em quadros que contemplem três eixos centrais, sendo eles: 1) motivação para inserção no Programa JA; 2) compreensão sobre o Programa JA; e 3) compreensão sobre a formação teórica.

É importante mencionar que somando as turmas de formação inicial, trinta e seis adolescentes entre quinze e dezessete anos participaram da pesquisa e fizeram suas considerações em relação ao curso de formação e o programa.

Para que seja possível verificar as respostas dos mesmos mantendo sigilo sobre suas identidades, os adolescentes são enumerados de 1 a 36. Sendo assim, na sequência, serão abordados os três eixos centrais mencionados acima, contemplando as respostas dos adolescentes e organizados através de quadros.

Quadro 2 - Motivação para a inserção no programa Jovem aprendiz: Causas para inserção

Resposta 1	“Tudo começou por meios de pesquisas na internet e assim resolvi realizar a inscrição, resolvi ser aprendiz, pois queria ser independente e realizar coisas novas, mais também pensei no futuro e que estaria mais preparado para o mercado de trabalho”
------------	--

Resposta 2	“Não é só importante para mim e sim para todos que passam pelo programa de aprendizagem. É outro conhecimento e algo que você aprende e leva para o resto da vida. E eu acredito que esse programa vai muito além do que só um programa.”
Resposta 3	“Porque eu me baseio no meu pai que na época dele era bem complicado a situação deles, e uma oportunidade boa a gente não pode desperdiçar”.
Resposta 4	“O que me fez chegar até aqui foi à consciência de saber que sem emprego e qualificação não surge boas oportunidades de “crescer” na vida. Eu quis ser aprendiz pelo fato de ganhar meu próprio salário, de ter uma noção de vida, encarar o desafio de ter novas responsabilidades”.
Resposta 6	“Primeiramente na necessidade de ajudar minha mãe, e também porque é uma experiência muito grande ser jovem aprendiz, é algo que vou levar para a vida toda. É uma oportunidade para os jovens ter mais experiência para o mercado de trabalho no futuro”.
Resposta 10	“Minha força de vontade e a vontade de ganhar meu dinheiro. Sempre trabalhei desde meus doze anos mais nunca de carteira assinada”.
Resposta 11	“Desde pequeno eu queria trabalhar só que eu não tinha idade ainda, quando fiz quinze anos comecei a procurar emprego. Eu sozinho não consegui, mas uma vizinha me ajudou e me trouxe até o NUFT. Porque é muito bom para o meu desempenho e ajudo meu pai que precisa muito de mim.”
Resposta 12	“Eu acredito que o programa de aprendizagem me trará novos recursos para o mercado de trabalho”.
Resposta 13	“Necessidade por querer ajudar minha família e para não depender da mãe [...], infelizmente só fiz coisas erradas,[...] cumpri medida sócio educativa [...] aprendi muito com meus erros e espero aprender muito mais com essa experiência”.
Resposta 14	“[...] eu necessito de dinheiro para ajudar minha família e a mim mesma”.
Resposta 15	“Para eu ter um conhecimento e uma formação melhor.”
Resposta 23	“Para ter experiência, e para no meu futuro eu ser alguém na vida.”

Fonte: documentos da pesquisa

Elaboração própria

Quando perguntado sobre as motivações de inserção no programa de aprendizagem, muitos dos adolescentes e jovens identificaram que precisam ajudar suas famílias, que essa oportunidade viabilizará e contribuirá para seu futuro,

sobretudo, os adolescentes apontaram que o programa JA irá auxiliar para preparação e inserção no mercado de trabalho.

Todas essas considerações relatadas pelos participantes da pesquisa demonstram a necessidade de problematizar a questão do “desemprego” e da “desqualificação profissional” abordada na segunda seção deste trabalho, pois estas contemplam as justificativas para que existam investimentos em programas e projetos deste cunho.

No entanto, não se pode perder de vista que a responsabilização dos indivíduos sobre suas condições enfraquece a discussão no tocante a ineficiência das políticas sociais e as atribuições destinadas ao Estado. Sendo assim, o quadro a seguir aponta o segundo eixo da pesquisa que corresponde a compreensão dos adolescentes e jovens diante do Programa Jovem Aprendiz.

Quadro 3 - Compreensão sobre o programa jovem aprendize as atividades realizadas pelo NUFT

Resposta 26	“[...] aprendemos sobre nossos direitos na CLT entre outro”.
Resposta 22	“Porque o programa de aprendizagem irá me ensinar a ser mais responsável, porque vou adquirir conhecimentos que iram somar no futuro.”
Resposta 19	“Trouxe conhecimento, pois, eu não conhecia os colaboradores do NUFT, não tinha conhecimento do que faziam, e tive a oportunidade de conhecê-los [...]”.
Resposta 17	“Porque o programa vai nos ensinar a se preparar para o mercado de trabalho”
Resposta 16	“[...] havia muita coisa que eu não sabia e com toda certeza essa atividade foi de suma importância pra mim”.
Resposta 36	“O programa Jovem Aprendiz é importante para me ajudar a aprender coisas novas e me preparar para o mercado de trabalho”.
Resposta 30	“Sim, porque aprendi o que cada um dos educadores fazem [...] acredito que o programa seja uma experiência”.
Resposta 33	“É uma forma de adquirir responsabilidade, uma forma de conhecer pessoas novas e criar novas amizades”.
Resposta 21	“Sim, mostrou a importância de cada funcionário dessa instituição”.
Resposta 28	“Esclareceu minhas dúvidas sobre as funções e o método utilizado pelo NUFT”.

Fonte: documentos da pesquisa

Elaboração própria

Verificando o quadro 3, que teve a finalidade de trazer a percepção dos adolescentes sobre o Programa Jovem Aprendiz pode-se perceber que suas respostas perpassam novamente pela ideia de “preparação para o mercado de

trabalho⁶” essas falas colaboram na consolidação da justificativa em torno dos investimentos em programas nessa área debatido na segunda seção deste trabalho no item 2.1.

É importante considerar também que houve respostas em torno de constituir novas amizades e compreender a relevância de cada profissional que compõe a equipe na instituição NUFT/IDES. De acordo, com as respostas dos participantes da pesquisa contribuiu para aquisição de novos conhecimentos tanto em relação a instituição e o trabalho desenvolvido pela equipe NUFT como na compreensão sobre o programa JA.

Além do que, também foram registradas respostas diante da concepção desses adolescentes sobre o programa JA como meio que propicia aos mesmos mais responsabilidades e que contará como uma experiência no futuro. Porém, é significativo dizer que está se falando de sujeitos em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

E que, portanto, essa inserção no mercado de trabalho viabiliza um acesso maior abens de consumo por parte desses jovens e suas famílias, mas que em contra partida os direitos à educação de qualidade fica em segunda instância, haja vista, que a predominância da lógica de “qualificação profissional” está presente e, nesse sentido, vale refletir sobre quais adolescentes de fato acessam esse programa.

Outro aspecto a ser notado é que ao passo que essa entrada antecipada no mundo do trabalho auxilia na subsistência familiar, o processo de intensificação da adultização desses adolescentes se amplia ainda mais.

Desta forma, cabe ressaltar que no próximo quadro será observada a concepção dos adolescentes e jovens participantes da pesquisa em torno da formação teórica. Ao serem perguntados sobre a importância do curso de formação teórica eles responderam: em sua totalidade, ou seja, os 36 adolescentes responderam que concebem a importância da formação teórica como elemento importante e fundamental para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

⁶ Conforme art. 53 no qual dispõe sobre os direitos referentes à educação, cultura, ao esporte e ao lazer: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- Direito de ser respeitado por seus educadores, III- Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer as instancias escolares superiores; IV- Direito de organização e participação em entidades estudantis; V- Acesso a escola pública gratuita e próxima a sua residência (BRASIL, 1990).

Quadro 4 - Compreensão sobre a formação teórica: ótica dos adolescentes sobre a formação teórica

Resposta 20	“Sim, acho muito importante para a aprendizagem, querendo ou não acaba aprendendo muito coisa, principalmente mexer no computador”.
Resposta 18	“O curso de formação está aqui para agregar conhecimento [...]”.
Resposta 5	“O curso teórico é muito importante porque aprendo na teoria o que iremos usar na prática [...]”.
Resposta 7	“Tudo o que aprendemos no curso vamos levar para o resto da vida, nos qualificando e aperfeiçoando”.
Resposta 9	“O curso de formação teórica é muito importante, pois nele aprendemos sobre as leis do mercado de trabalho, aprendemos sobre os nossos direitos, assim como também nos é ensinado coisas como atividades no Word, Power Point, Excel e esses recursos serão muito importantes, pois iremos utilizar na empresa e com certeza será muito útil no futuro”.
Resposta 8	“Sim, pois teoricamente pra mim vai ajudar no desempenho da parte prática.”
Resposta 24	“Sim, porque ajuda a gente a ter mais conhecimento, por que vou levar isso para minha vida e ganhar experiência para o futuro”.
Resposta 25	“Sim, porque o curso de formação nos prepara para coisas que possamos vir a fazer na empresa”.
Resposta 27	“Sim, porque faz eu ter mais conhecimento”.
Resposta 29	“Sim, pois vai ajudar a ter responsabilidade na vida fora do trabalho na escola e em casa”.
Resposta 31	“[...] Compreendo a importância do curso de formação teórica porque sei que é um treinamento não só para meu desempenho na empresa, mas sim para minha vida.”
Resposta 32	“[...] Traz conhecimentos novos e é bom para ganhar experiência para o mercado de trabalho”.
Resposta 35	“São assuntos importantes, pois todos eles é necessário aplicar no seu dia a dia nas atividades que você realiza na empresa”.
Resposta 34	“A importância do curso é muito grande em nossas carreiras, pois é com isso que vamos ganhar mais experiência no mercado de trabalho”.

Fonte: documentos da pesquisa

Elaboração própria

Mediante às respostas pontuadas no quarto quadro (ótica dos adolescentes sobre a formação teórica) pode-se averiguar que o entendimento dos adolescentes e

jovens pertinentes ao curso de formação caminha na direção de subsidiar sua prática na empresa (campo de trabalho). É importante frisar que a ideia referente à “preparação para o mercado de trabalho”, o ganho de “experiência”, a “ampliação de conhecimento”, bem como a percepção de que esses novos conhecimentos servirão no futuro, estão presentes constantemente.

Além disso, o contato com a tecnologia e com ferramentas como o pacote office são pontuados como muito importantes. No entanto, é significativo ressaltar que em concordância com Oliveira e Veronese (2008, p.80):

A educação tem sido entendida, via de regra, como a aquisição de conhecimento e como forma de aprimoramento do ser. Este conceito, porém, leva ao que Paulo Freire conceitua como “concepção bancária da educação”, exercendo o educador o papel de sujeito do processo educativo, enquanto o educando é apresentado como um objeto que deve adquirir conhecimento.

Diante do exposto, a partir do debate referente ao primeiro capítulo deste trabalho, observou-se um contexto histórico difícil diante de questões econômicas e políticas do país, o que possibilitou perceber de que forma a política social se desenrolou até chegar frente à conjuntura posta hoje. No entanto, cabe ressaltar que as transformações na juventude brasileira favoreceram:

[...] novos fenômenos sociais têm evidenciado os limites da compreensão da juventude [...] e chamado atenção para aspectos que até muito recentemente eram pouco explorados. O primeiro destes está ligado à detecção, nas décadas finais do século XX, de mudanças estruturais na distribuição etária da população em todo mundo resultantes do crescimento excepcional do grupo jovem. Em termos práticos, esta “onda jovem” significa o aumento relativo da população em idade ativa, o que pode ter efeito positivo sobre a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e, por isso, tem sido qualificado como bônus demográfico. A partir deste quadro, delinea-se nova perspectiva sobre a juventude, em que perde a força a conotação de problemática do jovem e ganha relevo um enfoque completamente inovador: a juventude torna-se ator estratégico do desenvolvimento (AQUINO, 2009, p.26).

O autor acima ainda vem abordando que esse “bônus demográfico tem sido atacado por outro fato, “a crise do emprego, que abateu as economias desenvolvidas na década de 1980 e atingiu o Brasil nos anos 1990, ameaçando a incorporação ao mercado de trabalho [...] de jovens saídos da escola” (AQUINO, 2009, p.27).

Diante desta conjuntura se colocam dois acontecimentos: o primeiro corresponde a aqueles que detêm uma vida estabilizada pela sua origem social facilitando sua inserção tardia no mercado de trabalho e ampliando seu acesso ao ensino; o segundo diz respeito ao acesso precoce ao mercado de trabalho com

colocações inferiores e precarizadas. Este fato também colabora para uma evasão maior nas escolas e auxílio nas despesas do lar (AQUINO, 2009).

Foi também através da reflexão em torno da política social destinada a juventude que se verificou os entraves na educação brasileira, o que contribuiu para que se constatassem dificuldades nas quais transparecem os reflexos das expressões da questão social.

De acordo com Corbucci *et al* (2009, p.92):

Ao analisar a situação educacional dos jovens brasileiros, evidencia-se diversas distorções decorrentes, em grande medida, do processo educativo: existência de quase 1,5 milhão de analfabetos; persistência de elevada distorção de idade - série que compromete o acesso ao ensino médio na idade adequada; baixa frequência ao ensino superior, e restritas oportunidades de acesso à educação profissional [...].

A partir dos três quadros apresentados acima e dos três enfoques abordados na pesquisa, pode-se verificar que as motivações para inserção no programa Jovem Aprendiz caminham em direção às necessidades como auxílio nas despesas domésticas ou a si mesmo, com objetivo de apoiar seu contexto intrafamiliar. Diante do exposto, é importante que seja feita uma análise conceitual pertinente a política da juventude:

Conceitualmente, estas “políticas de juventude” associam os aspectos de proteção social com os de promoção a oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam a garantia de cobertura em relação a várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresentam para os jovens; de outro lado buscam oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas que favoreçam a integração social dos jovens nas várias esferas da vida social (AQUINO, 2009, p.36).

Quando perguntado sobre sua compreensão em relação ao Programa, grande parte dos adolescentes e jovens disseram que concebem o programa (JA) como uma forma de estar preparado para o mercado de trabalho. No entanto, conforme afirma Aquino (2009, p.36-37):

A aceleração da aprendizagem, a transferência de renda e a qualificação profissional, como frentes de atuação emergenciais, para favorecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho, não devem restringir os objetivos de uma política nacional para jovens, tendo em vista o cenário de demandas multiplicadas, em que o trabalho tal como tradicionalmente concebido perde força como mecanismo central de inserção social dos indivíduos. Ainda assim, é fundamental aprimorar a gestão das iniciativas existentes, para resolver problemas como as superposições ou a ausência de coordenação e integração entre estas e garantir chances de maior efetividade.

Além disso, em relação aos cursos de formação, os adolescentes responderam que as atividades teóricas irão auxiliar nas atividades práticas,

atribuem também como meio de ganhar experiência e mais responsabilidade, o que possibilitaria alavancar novas oportunidades no futuro. No entanto, “as diferenças na renda familiar influem profundamente nas condições de escolarização e na incorporação de papéis no mundo do trabalho e na família, criando nas novas gerações diferenças quanto às perspectivas profissionais [...]” (GONZALES, 2009, p.116). Também cabe observar que essa concepção de formação corrobora com a educação profissional, ou seja, preparação para desempenhar atividades no mercado de trabalho, em contraposição a uma educação humanista que prepara para a cidadania e para a emancipação, perspectivas que deveriam conduzir a educação no país.

Ainda refletindo sobre a situação da educação e segundo Corbucci *et al* (2009, p.106):

A situação educacional dos jovens brasileiros decorre, em grande medida, do acesso restrito a educação infantil e de baixa efetividade no ensino fundamental, evidenciadas pela elevada distorção idade - série e pelos incipientes índices de conclusão deste nível de ensino. Desse modo, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo (anos de estudo) quanto em termos qualitativos (capacidades e habilidades desenvolvidas). Estas defasagens são agravadas pelas precárias condições socioeconômicas, que concorrem para manter baixo o rendimento dos estudantes e, não raro, ampliar as taxas de abandono escolar.

Retomando o primeiro eixo, que norteia essa pesquisa em relação à motivação para fazer parte do programa pode-se verificar mais algumas passagens registradas nos questionários que corroboram com essa perspectiva:

Cheguei ao jovem aprendiz com o objetivo de evoluir, amadurecer e adquirir responsabilidade [...] além de fazer amizade e tentar ter um pouco mais de independência. (5)

Estava em busca de aprendizagem no mercado de trabalho. Para ter experiência. (7)

Gostaria de ter mais conhecimento e eu quis ser aprendiz para poder comprar minhas coisas. (24)

Queria aprender mais e ajudar minha família, comprar minhas roupas. (27)

Ter mais conhecimento, compromisso, poder aprender mais, e lá na frente ter um emprego bom. (32)

O que me fez chegar aqui foi a minha força de vontade e necessidade de ter um emprego, pois assim posso ter minhas coisas e meus pais podem ficar um pouco melhor financeiramente. (35)

Apesar das respostas se justificarem em torno da independência financeira, aquisição de conhecimento, experiência e responsabilidade, pode-se perceber que existem apontamentos muito maiores por traz de uma inserção no mercado de trabalho que corroboram com a lógica capitalista e que, portanto, pensar em

programas e projetos que viabilizem o acesso ao mercado de trabalho não garantem que os direitos sociais deste segmento populacional sejam assegurados, pois em conformidade com Gonzalez (2009, p.123):

Além das críticas já mencionadas de que o custo de empregar jovens já é relativamente baixo e de que medidas deste tipo podem beneficiar mais empresas do que os trabalhadores, outro questionamento a esse tipo de política é de estimular a inserção de jovens em empregos de baixa qualidade, que não ajudam seu itinerário profissional, dados a sua curta duração e o desinteresse dos empregadores em seu aprendizado.

Além disso, pensar referente à categoria trabalho implica em refletir diante de “[...] toda ação que o homem imprime na natureza, transformando-a para satisfazer as suas necessidades (CAMPOS, 2009. p.15). Mas que, porém, “todo trabalho exige o dispêndio de certa quantidade de energia física e psíquica. A essa energia despendida no processo de produção chama-se força de trabalho” (CAMPOS, 2009, p.16). Cabe lembrar que se trata de adolescentes que são entendidos como sujeitos em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Verificando mais algumas respostas pertinentes ao eixo dois, compreensão sobre o programa Jovem Aprendiz, pode-se perceber que a noção de direito social não se coloca presente e que a concepção de assistencialismo está intrinsecamente enraizada:

Trouxe muito mais conhecimento para mim porque tive oportunidade de conhecer muitas coisas e o que realmente é importante para todos nós. (2)
Me ensinaram um pouco mais sobre o mercado de trabalho, as regras sobre o trabalho aprendiz. (3)
Porque é muito importante ter pessoas que se importam com os jovens e assim nos sentimos mais seguros no mercado de trabalho. (6)

Também é significativo considerar que “a busca por uma inserção no mundo do trabalho está ligada intimamente com a maturidade e a emancipação econômica. Essa emancipação é proveniente de famílias de baixo poder aquisitivo” (CAMPOS, 2009, p.44). Consequentemente, os adolescentes e jovens encontram no trabalho, ou seja, no programa de aprendizagem, a condição de acessar bens de consumo. Isso reitera e configura expressões do ideário neoliberal, no qual transfere o acesso a serviços básicos para ser acessado pela via do mercado.

Enquanto a perspectiva acima citada dominar a sociedade, as transferências de atribuições e funções irão se colocar presentes seja pela via do mercado, terceiro setor ou sociedade civil, conforme Gonzalez (2009) vem explanando em torno da rede de educação, especificamente ao analisar o Plano Nacional de Qualificação do Trabalho – Planfor, este foi instituído em meados de 1996 como estratégias para

que todos tivessem acesso a um sistema de ensino. O Planfor é administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o mesmo foi implementado como política pública no qual é mantido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Planfor surgiu em paralelo à rede de educação profissional e tecnológica já existente no âmbito do sistema de ensino, sob o argumento de que esta não atendia os trabalhadores mais pobres e não seria capaz de expandir rapidamente sua oferta. A sua estratégia concentrou-se, então, em formar uma rede própria de entidades em que ainda predominavam os serviços de aprendizagem, mas que também incluía as escolas de centrais sindicais e diversos tipos de organizações não governamentais (ONGS) (GONZALEZ, 2009, p.122).

De acordo com as respostas dos adolescentes e jovens, o trabalho, ou seja, o fato de estar inserido no programa JA contribui para novas experiências, traz responsabilidades, colabora como preparação pro mercado de trabalho e garante que os mesmos possam contribuir nos gastos de seus lares:

O desafio de ser independente, de ter compromissos e tarefas para cumprir, ganhando conhecimento no mercado de trabalho [...]. (22)

Quis ser aprendiz porque queria trabalhar, queria ser menos dependente da minha família, trabalhar desde cedo tem suas vantagens, uma delas é se aposentar cedo. (19)

Preciso de uma renda para ter as coisas que eu quero comprar e para ajudar meus pais. Eu vim de muito longe Belém/PA em busca de emprego com a minha família e sou grato pela oportunidade. (17)

O motivo de eu estar aqui é querer minha independência financeira. (16)

Ademais, “no que se refere a uma redução significativa do desemprego juvenil, é questionável a eficácia das políticas de formação profissional” (GONZALEZ, 2009, p.121), tendo em vista que a causa do desemprego caminha em torno da carência de vagas de trabalho (GONZALEZ, 2009). E, assim sendo, não garantem oportunidades futuras a aqueles jovens que mencionaram tal expectativa por estar acessando o programa Jovem Aprendiz.

Nesse caso, a oferta de oportunidades de formação profissional pode ser eficaz para a construção de itinerários ocupacionais, isto é, de trajetórias em que seja possível ascender a níveis crescentes de qualificação e especialização. Porém, este resultado não depende apenas das oportunidades de formação profissional em si, mas também de que forma as empresas absorverão estas novas capacidades - por exemplo, se garantirão maior estabilidade no emprego e maiores salários (GONZALEZ, 2009, p.121).

Cabe ressaltar que, “em síntese, é possível afirmar que hoje está se constituindo de fato uma política social que procura “organizar” a transição da escola para o mundo do trabalho” (GONZALEZ, 2009, p.127). E que, portanto, é importante frisar que “a garantia da qualidade da formação oferecida e a adequação das

condições de trabalho dependerão fortemente da qualidade da pactuação entre empresas, sindicatos e fiscalização do trabalho [...]” (Gonzalez, 2009, p.126).

Segundo Gonzalez (2009, p.127):

Um último comentário diz respeito ao caráter de classe das políticas de juventude. Não é razoável esperar que tais programas confrontem a estrutura de classe preexistente na sociedade brasileira - os jovens ainda terão trajetórias bastante diferenciadas entre si, não apenas em virtude da qualidade da educação a qual terão acesso, mas também em relação ao tipo de moratória que a sociedade e a família lhe conferem - em termos de duração e de grau de compromisso. Porém, é imprescindível que estas políticas não se consolidem simplesmente como instrumentos de prevenção a criminalidade entre jovens de classes populares, pois isto certamente reforça a estigmatização já sofrida por esses, além de estimular a ideia de que estes devem aceitar qualquer ocupação não importando quão degradante seja.

Por fim, conclui-se que a qualidade referente a educação acarreta dois caminhos distintos, sendo que de um lado está a classe dominante e do outro as classes populares, e que portanto, esses caminhos distintos interferem na elaboração, e efetivação de políticas sociais para esse seguimento, tendo em vista que ele se fragmenta pelo caráter de classe. No entanto, é necessário que as políticas sociais sejam pensadas no sentido de garantir os direitos sociais desse público. Também é importante frisar que “se faz sentido envidar esforços para incorporar os jovens ao mundo trabalho, então também é preciso reconhecer e valorizar seu potencial de ampliar quantitativa e qualitativamente a força de trabalho brasileira” (GONZALEZ, 2009, p.127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho de conclusão de curso, é importante mencionar que o serviço social é uma peça fundamental no trabalho desenvolvido pelo Núcleo Formação e Trabalho – NUFT, pois a partir do terceiro capítulo pode-se verificar que os profissionais de serviço social percebem as situações e meios nas quais essas se localizam, bem como o público atendido e a perspectiva traçada sobre o Programa de Aprendizagem.

A primeira consideração gira em torno das políticas desenhadas para adolescência e juventude, nas quais se encaminham em sua grande maioria para o mundo produtivo. O mais instigante ainda é ver o caminho da educação e suas subdivisões sobre os pertencentes da elite e os das pertencentes às classes sociais mais empobrecidas, conforme discutido no segundo capítulo.

Através da pesquisa realizada com os adolescentes pode-se constatar as dificuldades que os mesmos possuem em compreender o Programa JA. A partir dessa pesquisa embasada nas respostas do questionário solicitado verificou-se que as atividades desenvolvidas na instituição Núcleo Formação e Trabalho – IDES, colaboraram para que algumas dúvidas fossem esclarecidas.

Cabe perceber que ao mesmo tempo, que empresas exigem que a juventude se torne cada vez mais capacitada e adequada ao modelo formal de trabalho os sujeitos inseridos no Programa Jovem Aprendiz são compreendidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como sujeitos em desenvolvimento (BRASIL, 1990) o que acarreta um contexto contraditório, no qual acentua-se as mais diversas relações.

Além de que é importante conceber o respaldo que o profissional de serviço social deve ter para refletir acerca das políticas sociais destinadas aos jovens, sobretudo, pensar de que jovens está se falando e qual público essas políticas destinam-se.

Assim sendo, são as assistentes sociais que possuem domínio a partir das três dimensões do Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) para intervir nas situações que impliquem na vida dos jovens inseridos no Programa de Aprendizagem nos mais diversificados aspectos profissional, pessoal, educacional e familiar.

Pode-se observar que os adolescentes tiveram dificuldade em interpretar as questões pertinentes ao questionário, e que neste sentido, é de extrema importância perceber as dificuldades que adolescentes e jovens veem sofrendo ao longo de seu processo de aprendizagem devido ao déficit na educação.

Ainda referente ao questionário pode-se observar que muitas das repostas se repetem em diversas questões, principalmente no que tange ao processo de auto reconhecimento. Muitos dos adolescentes integrantes nas turmas iniciais dizem precisar auxiliar a família na parte financeira, direta ou indiretamente, o que se leva a considerar que as expressões da questão social são diversas e perpassam por muitas situações.

O que se necessita instigar é que as políticas sociais voltadas para adolescência e juventude veem acima de tudo tratando de inserção no mercado de trabalho, o que colabora em certa medida para o Estado não cumprir com suas atribuições. Pensar políticas sociais pressupõe ir além de “integrar o mundo produtivo”, tendo em vista que essas políticas deveriam estar voltadas para efetivação e concretização de direitos cujo acesso não deveria ser contestado, haja vista que o acesso a esses recursos contempla a existência e subsistência do sujeito diante da vida cotidiana.

Nesse sentido, é importante resgatar a questão das necessidades das famílias, que não são satisfeitas via políticas sociais e que essa satisfação de suas necessidades perpassa pela procura do jovem ao programa, bem como, ao mercado de trabalho. Ou seja, mais uma vez, o Estado culpabiliza a família pela sua “incapacidade” de prover a subsistência de seus membros e faz com que os jovens iniciem cedo no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas da casa, ou mesmo, somente para atender as suas despesas e desonerar os pais disso, feito que colabora em muito para a desoneração da renda familiar.

Desta forma, pode-se destacar que de acordo com os princípios fundamentais, como o Código de Ética e a Lei 8662/1993 que regulamenta a profissão do Assistente social e até mesmo o Projeto Ético-Político, demanda dos profissionais de serviço social mobilizar-se frente à perversa lógica capitalista, colaborando para uma fonte inesgotável de articulação que propiciem aos adolescentes e jovens usuários seus direitos enquanto parte de uma sociedade, com vistas a garantias dos direitos sociais e políticos.

Por fim, é importante mencionar que além do profissional de serviço social estar comprometido com seu Código de Ética e a lei 8662/1993 que regulamenta a profissão, se faz necessário um respaldo teórico, no qual seja possível contextualizar e dar sustentação sobre as demandas que veem sendo apontadas e identificadas acerca das transformações no mundo produtiva e globalizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectiva.** Revista Serviço Social e Sociedade, n. 10, p. 68-92. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a05n109.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: BRASIL. Jorge Abrahão de Castro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea(Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Gráfs, 2009.

BAPTISTA, Tatiane Alves. **O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego.** Editora Cortez, 2010, p. 131-146.

BEHRING, E, R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: . Acesso em: 14 jul. 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. **Lei n 10.097 de dezenove de dezembro de 2000.** Dispõe sobre o trabalho em relação a adolescentes e jovens e da outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRASIL. **Lei n.12.852 de cinco de agosto de 2013.** Institui o estatuto da juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica de pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

CAMPOS, Franceline Souza. **Projeto jovem aprendiz – IDES / PROMENOR: percebido adolescente sobre sua inserção no mundo do trabalho.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2009.

COHN. Amélia. **O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude?** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de ética profissional do assistente social.** Brasília, CFESS, 1993.

CORBUCCI, Paulo Roberto, et al. Situação Educacional dos jovens Brasileiros. In: BRASIL. Jorge Abrahão de Castro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea(Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Gráfs, 2009.

FRIGOTTO. Gaudencio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectiva**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GERSHENSON, Beatriz; SCHERER, Giovane Antonio. **Uma promessa civilizatória perversa: as políticas públicas e juventudes na era neodesenvolvimentista**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p.160-170, jan/jul. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/24230/14636>>. Acesso em: 18. nov. 2016.

GONZALES, Roberto. In: BRASIL. Jorge Abrahão de Castro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea(Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Gráfs, 2009.

IDES, **Regimento Interno da Irmandade do Divino Espírito Santo**, Núcleo Formação e Trabalho/2014.

IDES/ NUFT. **Guia do orientador e do aprendiz**, 2016.

MTE. **Manual da aprendizagem**, Brasília, 10 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B8D19D2012B9C839E56714A/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Educação versus punição**. Blumenau: Nova Letra, 2008.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Políticas públicas de assistência social brasileira: avanços, limites e desafios**. Disponível em: <www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

PEREIRA, P. A. P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. In: SALES, M. et al. (orgs.) **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Izabel da. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. **A centralidade da categoria trabalho e o trabalhoadocente voluntário na UFSC**. Florianópolis, SC, 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

SPOSATI, A. **Modelo de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: ENAP: Curso de Formação de Multiplicadores. Brasília: Ipea, 2007. V.I, p.2-31. Disponível em

:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000180&pid=S1518-7012201400010001200037&lng=pt> Acesso em: 30 nov. 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, Claudia Monica dos; BACKX, Sheila, 2012.

YAZBEK, M. C. **Estado e políticas sociais**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em:

<<http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermalha/article/view/39/24>>. Acesso em: 15 out. 2016.